

Entrevista
Cazarré,
escritor premiado

ver L E T U R A S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Ano II

SUPLEMENTO CULTURAL
Brasília, 23 de março de 1995



Agitando
MP.95
o meio
cultural

editorial

DF-Letras vai às escolas

O **DF-Letras**, Suplemento Cultural do Diário da Câmara Legislativa do DF, passa a circular este mês com cerca de 5 mil exemplares, aumentando consideravelmente sua tiragem original de três mil jornais. A medida tem um endereço certo, as escolas da rede pública da cidade, e, no mínimo, dois objetivos: incentivo à divulgação e formação literárias.

A proposta de uma ampla distribuição do jornal às escolas, apresentada por nós e acatada pela Mesa Diretora da Casa, em dezembro de 1994, inaugura um trabalho de maior divulgação da produção literária brasiliense, uma vez que o **DF-Letras** representa, atualmente, o mais importante periódico de escritores locais. Distribuído gratuitamente à comunidade, a circulação deste número em todas as escolas da Fundação Educacional contribuirá para dinamizar a "práxis" educacional, muitas vezes extremamente tecnicista.

A medida se sustenta legalmente no artigo 235 da Lei Orgânica do DF. Segundo a lei, "o poder público incluirá a literatura brasiliense no currículo das escolas públicas, com vistas a incentivar e difundir as forças da produção artístico-literária locais".

Os objetos da cultura dependem em grande parte da divulgação e da informação. De nada adianta uma rica produção



Geraldo Magela
PT
Presidente da
Câmara Legislativa

literária se os beneficiários em potencial não tiverem acesso a ela. O contato com o pensamento de uma vanguarda literária é indispensável para a formação de um senso crítico nas escolas, onde os currículos não se modernizam no mesmo ritmo dos acontecimentos sociais, políticos e estéticos, impostos pela velocidade do mundo e das criações da sociedade.

Um dos principais caminhos para o fim da miséria é a educação. E educação é cultura. A educação fornece os instrumentos básicos para o domínio da leitura e da escrita, facilitado o acesso ao trabalho. Mas é a cultura que fornece condições para que o cidadão possa tirar do meio onde vive e da atividade que executa o melhor rendimento possível. A cultura é a via contemporânea para o desenvolvimento e para a verdadeira emancipação política.

Não se pode, portanto, falar de educação sem associá-la à cultura. E esta só pode ser viabilizada mediante um persistente trabalho, em que se façam presentes não apenas as escolas, mas também as instituições públicas e privadas. Com o **DF-Letras**, a Câmara Legislativa presta sua contribuição para a difusão da cultura. Com a ampliação de sua tiragem a partir deste número, pretendemos garantir que mais pessoas tenham acesso às informações, teorias e discussões que o jornal vem colocando para a comunidade.

Um jornal de todos para todos

Desde a primeira legislatura apoiamos abertamente a criação do **DF-Letras**, um veículo de comunicação destinado a incentivar e a divulgar manifestações culturais do Centro-Oeste, com ênfase especial, é claro, ao Distrito Federal. Agora, na condição de Vice-Presidente da Câmara Legislativa, responsável direto, portanto, pela sua publicação, decidimos relançá-lo. Hoje, na certeza de que estamos contribuindo para abrir um espaço cativo aos nossos artistas e à comunidade em geral, entregamos a 13ª edição do **nosso grande jornalzinho**, após cinco meses sem circular.

O **DF-Letras** está de volta para cumprir o objetivo primordial para o qual foi criado: estimular o desenvolvimento da cultura. E volta cheio de novidades: sua circulação, por exemplo, que era de três mil exemplares, passa para cinco mil. Além dos assinantes tradicionais, centros culturais e universidades, entre outros, será também distribuído em toda a rede pública de ensino do DF, cumprindo, assim, a missão elogiável de estimular a leitura entre nossos estudantes.

É também uma oportunidade para que nossos professores, de um modo geral, estimulem nas dependências escolares o desenvolvimento de nossa cultura, mostrando e divulgando os trabalhos de todos os artistas brasileiros.



José Edmar Cordeiro
PSDB
Vice-presidente da
Câmara Legislativa

É preciso ressaltar, no sentido de dimensionar o real significado do **DF-Letras**, que ele conta com um corpo de colaboradores que não recebe, pelo trabalho que faz, nenhuma contrapartida pecuniária. Prevalece assim, em sua concepção editorial, o sentimento de participação e de criatividade. O **nosso grande jornalzinho** está aberto, portanto, a todos os segmentos da sociedade: sindicatos dos escritores, academias de letras, movimentos culturais, enfim, a todos poetas e escritores - alguns já conhecidos, outros simplesmente anônimos - que lutam para divulgar o seu trabalho.

Temos a esperança de contar, a cada número, com a participação cada vez maior de todos que lutam indistintamente pela divulgação e valorização cultural do DF. Como já enfatizamos, o **DF-Letras** é um veículo totalmente aberto às mais diferentes manifestações artísticas. Temos uma receita única: a liberdade de criação. Esta é a nossa motivação. O nosso objetivo. A nossa idéia.

Nesta 13ª edição, o **DF-Letras** deixa claro nas matérias que publica, entre estudos históricos, ensaios, artigos e poesias, que voltou para "agitar o meio cultural". Suas páginas, portanto, estão abertas à espera daqueles (as) que através da arte traduzem seus sentimentos para o mundo.

expediente

Suplemento Cultural do Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Editado sob a responsabilidade da Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Vice-Presidência com a colaboração da Coordenadoria de Comunicação Social e Assessorias de Imprensa dos gabinetes parlamentares.

Vice-presidência: José Edmar Cordeiro
Chefe de gabinete: Reinaldo Mendes

Coordenador de Editoração e Produção Gráfica: Nelson Pantoja

Editor DF-Letras: Chico Nóbrega
Programação visual: Marcos Lisboa
Fotografia: Carlos Gandra

Chefe da Seção de Editoração: João Francisco Neto

Equipe: Antônio Eufrazino de Souza Neto, Apolo Gino da Silva Guandalini, Cláudio Antônio de Deus, Francisco Dino Moraes de Souza, Francisco Nóbrega, Hélio Lourenço de Araújo, Henrique Pinto, José Antônio de Brito, José Carlos de Souza, Luci Cardoso Furtado da Silva, Marcelo Perrone Campos, Marco Antônio de Souza Lisboa, Nelci Maria Stein, Sebastião Antônio M. Peres e Sebastião Luis Rocha dos Santos.

Revisão: Chico Nóbrega e Luís Rocha.

Colaboraram nesta edição: Renato Vivacqua, Cassiano Nunes, Chico Nóbrega, Wilson Rossato, Ronaldo Cagiano, Lena Castelo B. F. de Freitas, Danilo Gomes, Xico Mendes, Alírio A. de Oliveira e José Luiz Dutra de Toledo.

Coordenador de Comunicação Social: César Borges

Chefe da Seção de Divulgação: Evelyn Pena

Chefe da Seção de Relações Públicas:
Chefe de Relações com a Imprensa: Donalva Calxeta

Redação: Zínia Araripe, José Cury Neto, Franci Munhões, Luis Cláudio da S. Alves e Zildenor Dourado.

DF-Letras tem assinatura gratuita. Os pedidos devem ser enviados para o endereço abaixo, constando o nome do assinante, profissão, endereço completo e telefone para contato.

Os autores das matérias publicadas não recebem qualquer valor pecuniário.

DF-Letras/Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Redação SAIN - Parque Rural Norte
70.086.900 - Brasília-DF
Tel. (061) 348.8000

Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Mesa Diretora (biênio 95/96).

Geraldo Magela Presidente	Adão Xavier Antônio José (Café) Benício Tavares
José Edmar Cordeiro Vice-presidente	César Lacerda Jorge Cauhy João de Deus Lúcia Carvalho Luiz Estevão
Manoel de Andrade 1º Secretário	Maria José (Maninha) Marco Lima Marcos Arruda Miquéias Paz
Edimar Pireneus 2º Secretário	Odilon Aires Rodrigo Rollemberg
Peniel Pacheco 3º Secretário	Renato Rainha Tadeu Filippelli Zé Ramalho
Suplentes Cláudio Monteiro Daniel Marques	

Entrevista / Lourenço Cazarré

A Literatura tem uma grande inimiga: a televisão



Lourenço Cazarré nasceu em Pelotas, RS, em 1953. Reside em Brasília desde 1977. Jornalista e escritor, publicou entre outros livros, *Agosto, Sexta Feira, 13* (1977), *Caleidoscópio e Ampulheta* (1982), *Os Bons e os Justos* (1983), *Noturnos do Amor e Morte* (1989), *Sinfonia dos Animais Noturnos* (1994).

Radicado em Brasília há mais de 17 anos, o jornalista e escritor Lourenço Cazarré, gaúcho de Pelotas, em entrevista exclusiva ao **DF-Letras**, tratou sobre os caminhos e tendências da literatura no Distrito Federal e o resto do País.

Para Cazarré, o momento atual de estabilidade econômica tem sido muito positivo para a literatura. O surgimento de novas editoras está abrindo portas para os novos escritores na faixa dos trinta anos. O escritor critica a falta de apoio do Governo do Distrito Federal para a área literária.

Segundo Cazarré, o apoio oficial é basicamente dirigido para cinema e vídeo.

A Literatura foi esquecida. A criação do Instituto Distrital do Livro, uma bandeira que está sendo levantada por escritores candangos, tem a simpatia do escritor gaúcho, que, no entanto, alerta para o perigo que a entidade, seja ela oficial ou com o apoio da iniciativa privada, vire um palanque politiquês, se não se criar uma comissão de seleção dos trabalhos séria e de qualidade.

DF-Letras — Como se deu início da sua carreira como escritor?

Lourenço Cazarré —

Eu comecei a escrever aqui em Brasília. Eu me formei em 1975 no Rio Grande do Sul, na faculdade de jornalismo, e em 1977 já estava aqui. Passei um ano e meio em Florianópolis, mas em 77 eu já estava em Brasília onde comecei a escrever e concluí o meu primeiro livro, uma sátira política, **Agosto, sexta-feira, 13**. Antes, o que eu tinha feito eram algumas tentativas, contos, coisas de menor fôlego. Escrever livros mesmo, foi aqui em Brasília.

DF-Letras — O livro Os Bons e os Justos é dessa época?

LC — Não. **Os Bons e os Justos** é o meu terceiro livro. O segundo livro foi o **Caleidoscópio e Ampulheta**, com o qual eu ganhei o Prêmio Nestlé de Literatura, em 1982. Em 1983, vieram **Os Bons e os Justos**. É uma novela que já está na oitava edição. É um livro que se manteve bem ao longo dos anos e a partir daí a minha produção deslançou para a área juvenil.

DF-Letras — Para a maioria dos escritores a atividade é meio bissexta. Normalmente, se é escritor e mais alguma coisa. Jornalista/escritor ou médico/escritor. Assim, o escritor sempre vem como segunda opção. Isso é em função do quê? No Brasil dá para viver só de literatura?

existem umas 10 ou 15 pessoas que vivem de literatura. Algumas na área juvenil, outras na infantil e na área adulta, talvez Jorge Amado e mais meia dúzia de escritores. Nomes consagrados, por exemplo, como João Ubaldo Ribeiro, escrevem para jornais. Assim, eles se mantêm. Eles têm outras fontes de rendas. Outra coisa é o seguinte: o consumo não é de massa. O consumo de livros não é muito grande.

O escritor quando faz um livro que é um **best-seller**, que vai dar um retorno bom para ele, a gente diz que aquele livro vai dar um bom retorno para ele a vida inteira. Bem, ele não se mantém sempre com o mesmo pique de vendas do início, mas sempre dá retorno. De maneira geral, é muito difícil.

DF-Letras — Hoje, a questão dos Direitos Autorais ainda é um problema sério?

LC — Não. O Direito Autoral hoje em dia está muito organizado. As editoras em sua grande maioria estão informatizadas e o autor recebe os dez por cento do livro. Isso já é uma coisa assimilada. Para quem tem muitos títulos a coisa funciona muito bem.

Mas, a bem da verdade, não há uma grandeza no mercado de livros. O hábi-

to da leitura não é tão arraigado. Eu costumo dizer que no Brasil nós temos um **inimigo**, que seria a televisão, que é muito forte. As pessoas gastam muitas horas em frente à TV e não lêem. Então diminui o público e consequentemente as vendas.

Retornando a questão da pessoa que exerce outra profissão ao mesmo tempo que é escritora, eu quero ressaltar que ela é muito mais livre como escritora que o escritor profissional que é obrigado a ser paciente e agradar sempre porque tem que fazer um livro para o mercado, para vender. E o escritor que não depende disso se dá o luxo de experimentar mais e fazer um livro mais criativo, mesmo que não seja tão vendável.

DF-Letras — Para quem de certa maneira já está no mercado é mais fácil seguir por esse caminho, mas para os escritores novatos a coisa não complica?

LC — Hoje em dia o mecanismo já adotado há cerca de 10, 15 anos é o concurso literário, que projeta o nome do escritor e o torna conhecido. Esse é um bom mecanismo. O outro mecanismo é você tentar e mandar os seus trabalhos

“ Em comparação ao apoio que o GDF dá ao cinema e vídeo, a ajuda à literatura é nada ●●

para os editores até que um deles os aceite. Existem até casos de livros bons que são recusados por sete, oito editoras até que um dia são aceitos. Os mecanismos são esses, apesar de que os concursos literários estão bem mais reduzidos que nas décadas de 70 e 80.

DF-Letras — E os jornais e seus cadernos de cultura não abrem espaços para os escritores?

LC — Os jornais já tiveram uma participação importante até as décadas de 60 e 70, mas depois eles começaram a restringir o tamanho dado a literatura. Eu vejo uma explicação lógica. Vejamos que do fim dos anos 70 para cá, nós tivemos um aumento de informações na área cultural sobre TV e Vídeo. Esses assuntos já ocupam espaços maiores que a literatura. O veículo central da cultura brasileira é a televisão, de modo que não há espaço. Fora o vídeo que você pega e leva para ver em casa. Vários ramos da arte avançaram, diminuído o espaço da literatura, sem falar agora na TV a cabo. As informações nos jornais sobre TV, Vídeo e TV a cabo são muitas. Mas ao mesmo tempo a literatura nos jornais teve a função em outras épocas de atuar como uma peneira. Se você publicava dois, três contos, você podia chamar a atenção dos editores. Hoje em dia esta porta já não existe mais nos jornais.

DF-Letras — Falando em chamar a atenção, e os críticos? São anjos ou são malditos? Como o escritor Cazarré os vê?

LC — Hoje em dia nós não temos mais a figura do grande crítico da estatura de nomes como Álvaro Lins, Agripino Grieco, nas décadas de 40 e 50. Grandes críticos literários que eram fundamentais nesse processo. Tínhamos um Antônio Cândido. Hoje em dia, a crítica nos jornais é feita por pessoas que têm um mestrado de letras, não têm ainda uma formação e que em menos de 40 linhas, que é o espaço dado a elas, destroem um livro em que a pessoa



Cazarré entusiasmado com a volta do DF-Letras conversa com o editor, Chico Nóbrega (D).

levou dois anos para escrever. Não há profissionais de peso até porque os jornais pagam muito mal. Os jornais não pagam um salário decente para um crítico, e aí pagam uns **fri-las** para alguns aventureiros. Isso é um problema. O espaço é dado para pessoas que não têm o conhecimento aprofundado sobre o assunto. Os críticos mais preparados hoje estão nas universidades, pois os jornais pagam mal e dão pouco espaço.

A crítica no Brasil hoje em dia vem sendo feita de uma forma descuidada. O autor, na medida em que ele sabe que aquele crítico está ali fazendo a crítica meio improvisada, ele não dá nem bola. Os críticos do passado eram poderosos, tinham grande capacidade e quando eles davam um pau em alguém a pessoa ia meditar porque havia alguma coisa errada. Agora tomar um pau de um bobalhão qualquer é brincadeira.

DF-Letras — Isso facilita os modismos. Hoje as editoras estão se aproveitando da onda do esoterismo. Esses livros estão entre os mais vendidos tanto no Brasil quanto no exterior. Qual é a sua posição sobre isso?

LC — Eu não posso me aprofundar no caso do Paulo Coelho, porque eu

não conheço a sua obra como um todo. Mas esoterismo em si é uma tendência que não é só brasileira. Você veja que o Paulo Coelho, embora tenha tido muita crítica do pessoal da literatura, ele é um sujeito que vende com a mesma facilidade no Brasil e no exterior. Ele é um fenômeno e como tal é particular. Agora, eu acho o que se está vendendo é um "baixo esoterismo", uma diluição, um esoterismo aguado. Os grandes autores de um cunho mais espiritual, como são pessoas de mais qualidades, não têm uma circulação tão grande quanto esses livros mais diluídos. Mas é um fenômeno impressionante. É um fenômeno mundial, mas ele não tem nada a ver com a literatura que eu faço, que é a de ficção que corre paralelamente. A literatura continua o seu caminho.

DF-Letras — No início da sua carreira você enveredou pelo romance, contos e agora voltou-se para a literatura juvenil. Como se deu esta mudança?

LC — Eu comecei publicando mais livros de romances na área da sátira política e contos. Neste meio termo, eu fui escrevendo novelas juvenis, que é uma área em que eu me adaptei bem. Eu gosto muito de trabalhar com a sátira e ela é muito bem aceita pela garotada. Bem, eu estou nesse mercado que é quase profissional aqui no Brasil. É um mercado que tem retorno, os livros são lidos em escolas, as tiragens são boas, os li-

vros são de alta qualidade gráfica. Eu tenho investido muito nesta área.

Esse mercado criou todo um mecanismo com bons ilustradores, bons capistas e autores de qualidade. O mercado de literatura juvenil no país é um dos melhores do mundo. O meu livro **A Espada e o General** entrou em uma série que está sendo lançada no México, dando início à literatura juvenil internacional Sul-americana. É um lançamento da maior editora do México, que a exemplo das brasileiras está apostando nas escolas.

DF-Letras — Você falou que em 1982 ganhou o Prêmio Nestlé de Literatura. Como se deu isso?

LC — Em 1982 foi feito o primeiro grande concurso literário após o fim da ditadura militar, na distensão. Foi um concurso muito badalado. Concorreram por exemplo 500 romances, 2.500 livros de contos, e 7.000 livros de poesias. Então, foi um concurso que teve uma repercussão enorme. Eu saí vencedor na categoria romance. O prêmio foi muito badalado, um prêmio em dinheiro muito significativo e que ajudou muito a fixar o meu nome área de literatura.

DF-Letras — Esse apoio partiu da iniciativa privada. Mas da área oficial o que se tem feito em prol da literatura? Vamos particularizar em Brasília?

LC — Em Brasília a gente tem que abrir as bateri-

as. Eu moro aqui em Brasília há cerca de 17 anos. Acompanho a atuação da Secretaria de Cultura e Fundação Cultural e o que eu vejo é um apoio muito grande ao cinema, ao teatro e zero de apoio à literatura. A literatura em Brasília nunca teve apoio das áreas públicas e dos sucessivos dirigentes da Fundação Cultural e sucessivos secretários de cultura nunca deram a mínima pelota para a literatura. Eu falo isso pelo seguinte, eu vejo outras cidades que funcionam diferente. Goiás, por exemplo, apóia exemplarmente, mas o Rio Grande do Sul é uma coisa extraordinária, fora de série. No ano passado, o Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul em coedições com editoras privadas publicou 40 livros. Esse é um número estrondoso. Aqui em Brasília, ao que eu saiba, nunca se publicou um livro.

Temos em Brasília poetas e escritores da melhor qualidade. Essas pessoas são premiadas em concursos nacionais, é o caso por exemplo do jornalista Clóvis Sena, do Luis Berto, que é romancista, da Stela Maris, que é autora de livros juvenis, e de outras pessoas que já ganharam prêmios. Nós temos uma literatura de primeira linha que dá para concorrer em termos de qualidade com o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que são Estados que têm uma cultura muito forte. Mas não há apoio do GDF. Nunca houve apoio do GDF. Os livros vão sendo premiados mas vão se acabando e morrem aqui em Brasília. Temos

“Viver de livros é muito difícil em nosso País”

“ *A literatura esotérica é um fenômeno mundial. É um fenômeno impressionante* ”

que criar mecanismos para patrocinar esses livros. O Rio Grande do Sul publicou no ano passado 40 livros, Goiás tem uma bolsa de publicações permanente. Em comparação ao apoio que eles dão ao cinema e ao vídeo, a ajuda à literatura é nada, o governo não patrocina um livro no Distrito Federal. O livro é extremamente barato. Mas em Brasília um governador após outro e secretários de cultura idem, se mostraram absolutamente insensíveis para esses aspectos e incompetentes.

DF-Letras — Há um movimento de escritores brasilienses para a criação de uma entidade independente, o Instituto Distrital do Livro, para a edição de escritores candangos. Como você vê esse movimento?

LC — Eu não sei se eu posso pedir a primazia dessa idéia. Em 1990, quando eu ganhei o Prêmio Candango de Literatura da Fundação Cultural, tive oportunidade de colocar para o então secretário de Cultura o exemplo do Rio Grande do Sul. Disse que devia se criar no DF um instituto. Sou totalmente favorável à criação desse instituto. Eu acho que um alerta deve ser feito. O instituto deve ter uma comissão independentemente de ser do governo ou não. Para que es-

te instituto dê certo ele tem que ter uma comissão de julgamento dos trabalhos isenta e da maior qualidade. Qual é o risco que corre? O risco é se criar uma comissão politiquieira ou de pessoas que não entendam de literatura e que irão editar livros ruins, depondo contra a imagem do próprio instituto. Se essa comissão não for extremamente rigorosa o instituto fracassa, seja ele oficial e com o apoio da iniciativa privada. Fora esse alerta, eu considero a criação desse instituto mais que necessária.

“Hoje em dia a crítica nos jornais é feita por pessoas que não têm ainda uma formação”.

DF-Letras — O governo do Rio Grande do Sul edita um Suplemento Cultural chamado O Continente e que é de ótima qualidade. A



“ *A estabilidade econômica abriu novas portas para os autores jovens* ”

Câmara Legislativa do DF quer trilhar esse mesmo caminho, tornando o Suplemento Cultural DF-Letras um ponto de referência no meio literário local e nacional. Como você vê essa iniciativa?

LC — Há uma grande discussão teórica sobre a questão do Estado ou dos organismos estatais ajudarem a literatura. Eu acho que mesmo que seja através da criação de um instituto para co-editar os livros de autores locais ou excelentes iniciativas tais como **O Continente**, no Rio Grande do Sul, ou **O Nicolau**, no Paraná, a ajuda é muito importante, até porque os grandes jornais estão reduzindo os espaços destinados à literatura. E o modelo de **O Continente** é de alta qualidade.

As pessoas que trabalham com arte e cultura nos estados precisam ter um veículo que divulgue. Se você conversar com os escritores de Brasília eles vão dizer que há um bloqueio enorme aos nossos trabalhos no eixo Rio-São Paulo. Eles imaginam que Brasília é somente política e economia. O que sair de matérias sobre esses assuntos os jornais publicam. Mas matéria de cultura é muito difícil sair com algum autor daqui, furar esse bloqueio é quase impossível. Então, eu acho que um veículo que circule

na cidade e que divulgue os autores locais é uma iniciativa muito boa. A Câmara Legislativa tem condições de montar uma equipe muito boa, de alto nível e que justifique a sua existência.

DF-Letras — De um modo geral como está a literatura nacional hoje? Quais são os caminhos e tendências?

LC — Nós estamos vivendo um momento importante que de um determinado tempo para cá de uns dois ou três anos surgiram muitas editoras novas e elas estão apostando muito nos novos autores brasileiros, o que não ocorria desde a década de 70. Estavam só apostando no certo, no **best-seller**.

Em parte em função da crise econômica. O editor não podia perder dinheiro

Agora, o País vive momentos de estabilidade, eu tenho percebido que as editoras estão lançando mais autores jovens, mais novelas e livros de contos. Acho que me parece a própria estabilidade está fazendo esse ressurgimento. Apesar de ser ainda cedo para a gente saber ao certo o que está acontecendo, parece que está surgindo uma nova geração de autores na faixa dos 30 anos. Isso é positivo. Não dá para medir ainda os efeitos porque em literatura isso leva 10 ou 15 anos. Mas o momento é sem dúvida positivo.

Espaço é de convivência democrática

É inegável que, ao começar a circular, o suplemento cultural DF-Letras prestou um enorme serviço a todos aqueles interessados no sadio expediente do debate e exposição de idéias. Na verdade, o Parlamento é exatamente isso: uma casa onde circulam idéias, propostas, argumentos, divergências, convergências

e conclusões. O sisudo, porém indispensável, Diário Oficial naturalmente não consegue açambarcar tal perfil de uma Casa Legislativa. Daí, a importância do suplemento DF-Letras. Os espaços nele contidos para o debate são excepcionais no sentido de refletir a convivência democrática que deve nortear o parlamento e

seus integrantes. Aliás, a importância do DF-Letras foi reconhecida fora dos limites geográficos da Câmara Legislativa do DF. A publicação chegou a alcançar vôo próprio e passou a ser comentada em diferentes lugares e situações. Outro dia mesmo, ouvi alguém da Secretaria de Cultura comentar a

necessidade da volta do suplemento, inclusive colocando o órgão à disposição para que a publicação mantenha intercâmbio de idéias com outras cidades e estados. O período em que o DF-Letras deixou de circular foi uma perda. Sua volta merece aplausos.



Manoel de Andrade

PP

Andanças e milongas

□ Danilo Gomes

Manhã de sábado. Ainda não estava frio como agora. Era uma manhã de sol brando, num céu opala sem nenhum fiapo de nuvem. Um céu de um azul claro de porcelana chinesa, um puro céu de Brasília. Eu fazia essa caminhada de uma hora que os médicos recomendam, especialmente para nós, que já dobramos o cabo dos cinquenta anos. Passou por mim, esbelto, lépido, o Dr. Paulo Sotero. Passou por mim a bonita jornalista da TV. No Lago Norte moram muitos colegas jornalistas. Alguns caminham, para terem direito à cerveja bem gelada como o Aylé-Salassié Quintão. Algecira Amaral, dinâmica, distribui seu bravo jornal. Graça Amorim também caminha, para manter a forma.

Pois naquela manhã topei, mais uma vez, com o veterano jornalista Oliveira Bastos. Ligeiro, mas sem se esfaltar, sempre de bom humor. Saudamo-nos. E sem parar sua peregrinação asfáltica-lacustre ele soltou mais essa lição de sua sabedoria:

— Caminhar é o remédio mais barato. A saúde do velho está nos calcanhares.

E lá se foi, fagueiro, rumo à Quiquart, direto aos bolinhos de bacalhau de D. Siléia. O danado sabe das coisas. Só está nos devendo um livro de memórias...

Sobre certas figuras da História já se escreveram verdadeiras bibliotecas. É o caso de Napoleão Bonaparte, personalidade que até hoje fascina o imaginário popular. Está sempre aparecendo um novo livro sobre o "Pequeno Caporal", o vencedor de Austerlitz e Marengo, o perdedor de Waterloo.

Agora é a vez de René Maury, professor de Ciências Econômicas da Universidade de Montpellier. Sua obra será lançada em breve. Ele afirma que o Imperador foi assassinado com arsênico, no seu exílio na tenebrosa Ilha de Santa Helena, pelo Conde Charles de Montholon, que ambicionava sua herança. Para o pesquisador, Montholon cometeu "o crime mais perfeito da História", e é o que ele pretende provar. Ora, esse conde era, de fato, um dos mais íntimos

auxiliares do soberano destronado, que morreu com problemas de estômago. Culparam o médico italiano Antommarchi, que deixou o livro "Os Últimos dias de Napoleão". O próprio Montholon escreveu a obra intitulada "História do Cativo".

Há pouco saiu a edição brasileira, pela editora Ars Poética, do livro de Julia Blackburn, "A Última Ilha do Imperador — Uma Viagem à Ilha de Santa Helena", leitura imperdível. A historiadora escreve, à pág. 86: "Talvez Montholon tenha envenenado Napoleão com cuidadosas doses de arsênico, no fim; mas foi um dedicado companheiro até essa hora, e um dos poucos que sobreviveram por todo o tempo de seu cativo. E de qualquer modo, após todos aqueles anos que Napoleão levou para morrer, isso poderia ter sido bondade e não traição."

Bondade? Traição? Misericórdia? Crimes? Vamos ver o que René Maury diz sobre isso. Como lá diz o outro, "há controvérsia."

Só para encerrar o tópico: acaba de sair na França o livro "Napoleão — Relatos dos Anos de Glória por seu Secretário e seu Mordomo", de Jean Tulard. Que vem a ser o maior especialista da atualidade em matéria de Napoleão Bonaparte.

Outra personalidade que parece imortal é Carlos Gardel, o francês que se tornou ídolo na Argentina e no mundo. Durante a Bienal do Livro, em agosto do ano passado, em São Paulo, o poeta e jornalista José Lino Grunewald lançou "Gardel, Lunfardo e Tango". Lunfardo é a gíria que se fala na belíssima cidade de Buenos Aires. Trata-se, se não me engano, do primeiro livro brasileiro sobre o assunto. O autor é um estudioso da vida de "El cantor", do tango e outras milongas portenhas. Uma edição da Nova Fronteira.

Uma das mais interessantes obras sobre o assunto foi escrita por Horacio Salas, "El Tango", da editora Planeta, terceira edição em 1989, com um prefácio-ensaio do grande Ernesto Sábato, 351 páginas.

□ Danilo Gomes, cronista, é vice-presidente da Associação Nacional de Escritores-ANE.



Cultura e Turismo em Brazlândia

A valorização da cultura é o "pontapé" inicial para um amplo processo de melhoria das condições de vida da população. Por pensar dessa forma, o deputado Zé Ramalho (PDT) resolveu inaugurar seu mandato legislativo apresentando um projeto de lei para desenvolver o potencial cultural e turístico de Brazlândia, cidade onde reside há 28 anos.

A Proposição tem o

objetivo de incluir a satélite definitivamente no roteiro turístico do DF, valorizando o que Brazlândia tem de mais belo: um vasto cenário ecológico repleto de grutas e cascatas, complementado por um rico artesanato regional e festas típicas.

"Ao investir nesse potencial, estaremos, ao mesmo tempo, criando novos empregos e contribuindo para a redução da miséria no DF", explica o deputado, que

já conseguiu atrair a atenção até mesmo da secretária de Turismo do DF, Maria de Lourdes Abadia.

O projeto de lei já é, por si só, um roteiro turístico obrigatório àqueles que desejam conhecer as maravilhas que compõem a Região Administrativa de Brazlândia. Faz uma descrição sumária do meio ambiente, do potencial cultural e da estrutura de recreação e lazer de que a

cidade dispõe, com sugestões para melhorá-los e adequá-los ao público.

A construção da Casa da Cultura é uma das sugestões propostas pelo projeto. O local comportará teatro, concha acústica, biblioteca pública, escolinha de arte e cultura e salas para cinema e de múltiplo uso (para aulas, oficinas, vídeos, acervo turístico da região), além de lanchonetes, vestiários e dormitórios para os artistas.



Zé Ramalho

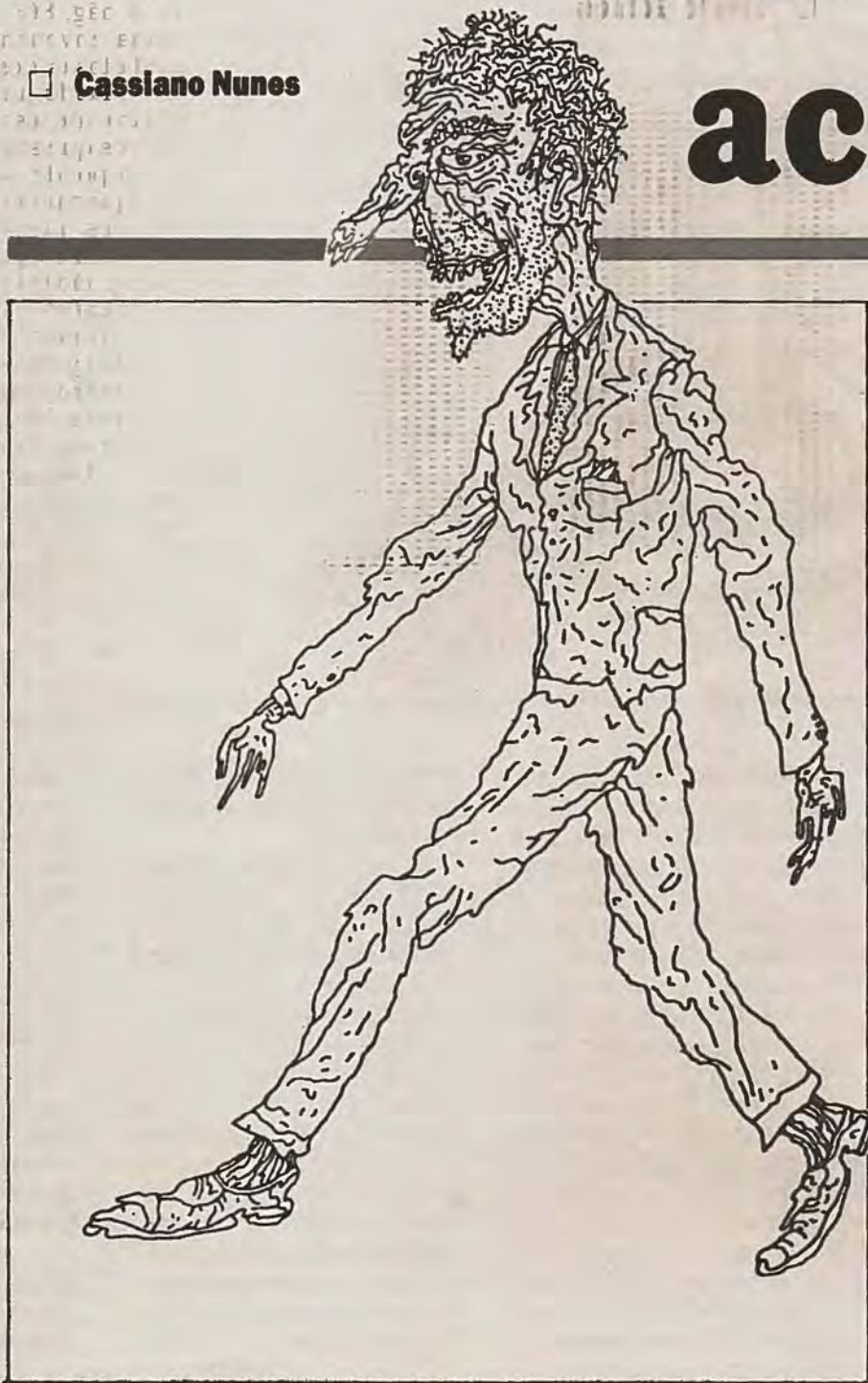
PDT

Navarro de Andrade

Cassiano Nunes, professor e poeta brasiliense, descobre um rico filão histórico e cultural nos discursos proferidos nas nossas Academias de Letras. Em meio a tanta siseudez é possível garimpar preciosas informações.

□ Cassiano Nunes

Homem de ação e acadêmico



A acusação mais constante que se faz às academias é a da sua imobilidade. Essa inércia parece-me particularmente insólita ou indesculpável nos países do Terceiro Mundo, onde está quase tudo por fazer... Será o academicismo fundamentalmente inconciliável com uma atuação operosa, útil à valorização ou divulgação da Cultura? Estranhável é esse tipo de paralisia, que já se considera tradicional, quando se observa que alguns acadêmicos se impõem como homens de ação... fora do recinto da Academia. Por que, então, se imobilizam "sous la coupole"?

De qualquer modo, devo reconhecer que pelo menos um proveito tenho tirado das instituições acadêmicas do Brasil: os discursos pronunciados nas cerimônias de recepção a novos membros. O discurso do que ingressa e mais o que o recebe, quando são publicados em plaquetas ou reunidos em coletâneas

grossas, volumes ôníbucos coletivos, com frequência oferecem sobre os patronos, recipiendários, e às vezes até sobre os oradores, que, com cortesia e soleridade, recebem os neófitos dados informativos de alta importância. Os numerosos volumes de discursos proferidos pelos membros da Academia Brasileira de Letras contêm documentos preciosos e páginas terárias antológicas. E outras academias dos Estados, por exemplo, a Paulista, a Mineira e a Pernambucana, também proporcionam alguns trabalhos significativos. A nos própria Academia Brasileira de Letras, apesar novel, já tem lançado, gênero, orações modestas: digo-o com toda a objetividade. Façamos voto para que essa literatura especificamente acadêmica, a que o tom às vezes cerimonioso não retira vitalidade, a inspiração a verdade histórica, continue a aparecer, enriquecendo assim a história literária brasileira.

Suplemento amplia intercâmbio

O acúmulo de conhecimentos, de vivências que cada um traz dentro de si é o que vai diferenciando as pessoas pela vida afora. As influências culturais do meio vão aproximando os indivíduos, permeando as relações, aperfeiçoando o

cotidiano, estabelecendo, enfim, os padrões de comportamento interpessoal. O saber é um legado que desafia o próprio tempo, passando de geração em geração. Desta forma, qualquer promoção na área cultural já responde a

anseios da própria sociedade. Quando se trata de um trabalho cuidadoso, caso do **DF-Letras**, a importância torna-se bem maior. Diante do enriquecimento social que, inquestionavelmente, proporcionará, parabenizamos pela

iniciativa de relançamento do referido suplemento cultural, acreditando que o caminho é este: abrir espaços, mesclar as diversas influências recebidas por Brasília e, mais especificamente, propiciar um intercâmbio cultural para o Legislativo.



Antônio José (Cafú)
PT

Estas modestas reflexões ocorreram-me ao terminar a leitura de um opúsculo que constitui hoje preciosidade bibliográfica, e que me foi ofertado por amiga generosa, Ilka Neiva, filha de Artur Neiva, a quem devo o conhecimento da valiosa correspondência trocada entre o valoroso cientista baiano e Monteiro Lobato. A plaqueta conserva o autógrafo da amizade: "Ao velho e querido amigo Arthur Neiva, com muito afeto. Ed. Navarro". Na página de rosto, lê-se: "Academia Paulista de Letras. Recepção de Navarro de Andrade. Discursos. 25 de outubro de 1934. Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", Rua Xavier de Toledo, 72. São Paulo. O livrinho contém o "discurso de Navarro de Andrade, ao ser recebido na Academia Paulista de Letras, a 25 de outubro de 1934", e, em seguida, a "resposta ao discurso de recepção do Sr. Edmundo Navarro de Andrade por Artur Mota".

Navarro de Andrade nasceu em São Paulo a 2 de janeiro de 1881. Era da mesma idade de seu companheiro Artur Neiva. Não me consta que tenha sido comemorado o seu centenário de nascimento. As faculdades de agronomia e sobretudo os cursos de silvicultura não lhe deviam uma homenagem? No entanto, na sociedade de consumo, o que escapa ao **marketing** e à propaganda que ele gera carece de importância. No meio em que vivemos hoje só deparamos com o império de uma mitologia obsessiva e alienante, o culto antropo-

cêntrico dos Zicos e Roberto Carlos, que estranhamente intoxica e esteriliza até as áreas de cultura, como a Universidade... E se alguma tentativa de reverência e espiritualidade ousar brotar não encontra qualquer receptividade ou divulgação, pois os comunicólogos jovens vivem num presentismo estagnado, que nada sabe do passado nem ilumina o futuro...

Adolescente ainda, Navarro de Andrade já se manifestava: sublevoou-se na Escola Militar, ao lado

de Euclides da Cunha. Afilhado de Eduardo Prado, mereceu do padrinho rico e notável e depois da mãe deste, Dona Veridiana, a proteção mais desvelada e carinhosa. Forma-se o moço paulista agrônomo pela Escola Nacional de Agricultura, de Coimbra. Sua tese de formatura tratava de Dunas, assunto que quase um século antes fora tratado por outro paulista ilustre — talvez o maior dos brasileiros — José Bonifácio de Andrade e Silva, em memória apresentada à Academia Real de Ciências de Lisboa, "sobre a

necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal".

Acompanhando Eduardo Prado, o jovem Edmundo não só percorreu vários países da Europa mas também penetrou no meio literário mais fino de Portugal, em que conviveu com Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e D. Maria Amália Vaz de Carvalho. Voltando ao Brasil, em 1903, obteve ingresso na Companhia Paulista de Estrada de Ferro, criação da aristocracia cafeeira de São Paulo, como diretor do Horto

Florestal da empresa, preconizado pelo Conselheiro Antonio Prado e por Adolfo Pinto. Navarro de Andrade foi o técnico escolhido "para dirigir o novo estabelecimento que se pretendia criar, espécie de viveiro florestal à margem das duas linhas de bitola larga entre Jundiá e Cordeiro".

Segundo Artur Mota, Navarro de Andrade "resolveu o problema da Paulista em todas as feições, fornecendo-lhe combustível, dormentes, pontes e matérias-primas para outras funções. Multiplicou o número de bosques ao longo das linhas férreas da extensa rede de vias de transportes. Retribuiu a confiança nele depositada por Adolfo Pinto e Antonio Prado com uma fortuna enorme posta à disposição da Companhia a que serve, constituindo para ela fonte inesgotável de riqueza".

A campanha do ousado silvicultor em favor do eucalipto, essa árvore adventícia como o café, e que como a rubiácea se tem dado muito bem aqui, foi aplaudida por Pereira Barreto e Franco da Rocha, Pires do Rio e Artur Neiva, Plínio Barreto e Júlio de Mesquita Filho, Afonso Arinos e Vicente Licínio Cardoso. Monteiro Lobato, no artigo "Os eucaliptos", esfuziante de humor, mas seriíssimo na defesa da aplicação da ciência no país, para o melhoramento das condições de vida do povo, e também no elogio da criatividade audaciosa, ridiculariza o nacionalismo do tipo fecundo e irracional.



Acesso à cultura é um direito

Toda forma de manifestação cultural exprime o íntimo de um grupo, classe ou sociedade. Isto posto, mesmo antes de iniciar o meu mandato, já conhecia este excelente trabalho desenvolvido por esta equipe da Câmara

Distrital. Não obstante, quero colocar que muitas vezes imaginamos cultura como algo tão-somente restrito às artes, mas sabemos que cultura é muito mais do que isso, é o conjunto de expressões de um povo, as manifestações do

pensamento coletivo e as tradições reunidas no que chamamos folclore. No entanto, as artes como um todo, nas suas mais diversas formas de manifestação, são a ponta visível de Iceberg Cultural, devendo ser incentivadas sem medirmos esforços,

pois não se constrói uma sociedade verdadeiramente justa sem que se empreste ao homem acesso à cultura organizada, ou seja às manifestações artísticas. Parabéns ao DF-Letras por seu retorno.



Adão Xavier

PFL

Ilka Neiva ofereceu-me ainda a separata do vol. 32 do "The Journal of Heredity", uma publicação mensal dedicada a "Plant Breeding, Animal Breeding and Eugenics", e lançada em Washington, em que se noticia a concessão da Medalha Meyer a Edmundo Navarro de Andrade pelo feito saliente da introdução e utilização do eucalipto no Brasil. A cerimônia teve lugar em Glen Dale, Maryland, a 2 de junho de 1941, com a presença do Ministro João Alberto Lins de Barros, que representava o Brasil no Canadá. Finalmente, um jantar foi oferecido no Cosmos Club de Washington, para celebrar o evento. Os discursos pronunciados na ocasião foram interessantes, porém mais importante foi o artigo "The Eucalyptus in Brazil" publicado pela revista citada, em que Navarro de Andrade, de forma autobiográfica e quase poderíamos dizer confessional, nos transmite as verdadeiras razões por que empreendeu tão firme e devotada luta em favor do eucalipto. Neste artigo, ele responde à pergunta que lhe foi feita inúmeras vezes: "Dr. Navarro: por que o Senhor selecionou o eucalipto para o trabalho de reflorestamento da Cia. Paulista e não qualquer outra árvore? Por que o Senhor preferiu uma árvore exótica se, na flora brasileira, encontram-se muitas madeiras de maior fama?"

As respostas dada pelo animoso cientista foram simples. Trabalhando para uma empresa no sistema capitalista, que esperava os mais altos dividendos, o

silvicultor teve que escolher a madeira mais rendosa: ora esta era justamente o eucalipto, que cresce mais rapidamente do que qualquer outra árvore. É verdade que o cientista pôde atender assim às enormes exigências de madeira da empresa ferroviária, ao mesmo tempo que poupava as nossas florestas naturais.

O sábio agrônomo faz-nos oportunamente o relato de todas as suas pesquisas, através dos anos, num setor difícil de estudos e observações, pois o desenvolvimento integral das árvores exige muitas décadas, mais do que as que nos concede a vida humana. Conclui Navarro de Andrade a sua exposição em favor do eucalipto, de modo definitivo, porque é a única árvore rentável que um homem planta, não para o desfrute de seus netos, mas para pessoalmente alcançar o proveito do seu esforço.

Esse apologista do eucalipto, acusado da falta do sentimento nacional, contudo não desdenhou as árvores indígenas. Na direção do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, reflorestou um boa parte da Serra da Cantareira com pinheiros do Paraná. Na companhia de Artur Neiva, empreendeu também uma tentativa de cultura da nossa laranja, mas que, infelizmente, não foi lucrativa como esperava. Para o

seu próprio ex-libris, não escolheu o eucalipto mas um jequitibá, cuja fronde foi circundada pelo distico "In silva cum libris: Beata solitudo!"

O ex-libris em referência caracteriza perfeitamente o homem singular que o idealizou: mostra o observador das matas no seio da Natureza, mas acompanhado do livro, esse milagre da civilização, que hoje tanto se desdenha, em busca da felicidade... na solidão: o lugar para os pensamentos do sábio, do filósofo, e também para as emoções delicadas do homem sensível, um tanto poeta. Navarro de Andrade soube prolongar a ação de cientista com o labor de literato, especialmente de memorialista-viajante. Como seu protetor Eduardo Prado, correu todas as partes do mundo, ansioso

de, em terras longínquas, outrora calcadas pelos aventureiros lusos, ancestrais, descobrir modelos, inovações, para esta parte dos trópicos... Como Artur Neiva, foi Navarro de Andrade um luso-tropicologista **avant la lettre**. Seus livros de viagem **À Volta do Mundo e Por aí Além** são bem escritos e cheios de reflexões curiosas.

Entre a floresta, umbroso asilo que buscava provido de um livro, e as reuniões acadêmicas, em que degustava a conversação espiritual, oscilou decerto, nos últimos anos, o coração do cientista-escritor. A presença de homens de

saber e de ação como Navarro de Andrade nas Academias devia estimular essas instituições compostas de pessoas de preparo especial a uma atuação mais constante em benefício de coletividades como a nossa, tão carente de cultura e de outras coisas mais.



□ Cassiano Nunes é professor da Universidade de Brasília e poeta

DF é pólo irradiador das artes

Os centros tradicionais de cultura, como a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, entre outros estados, não reconhecem, por falta de informação, o potencial cultural do Distrito Federal. Aos 34 anos de idade, Brasília carecia de um veículo especializado para divulgação de seus movimentos culturais, com

isenção e responsabilidade. O **DF-Letras** veio suprir essa lacuna. Brasília não pode deixar vazios os seus espaços culturais. Eles precisam ser preenchidos, pois a cidade é jovem, mas já demonstra um grande potencial de centro irradiador de cultura, deixando de ser apenas um hospedeiro de enlatados

importados dos diversos estados da Federação, para não mencionar a subcultura internacional.

É preciso criar condições para que o jovem tenha um referencial na manifestação de suas aptidões intelectuais, para seguir um caminho seguro. A população brasileira já criou um sentimento em

torno de sua cultura, e a tendência é fortalecê-la ainda mais, especialmente depois da manifestação pura, sem rótulos, de seus jovens nativos.

O **DF-Letras** renasceu das cinzas, como o Fênix, para ajudar a espalhar essa manifestação, que brota espontaneamente de nossa gente. Parabéns e vida longa ao **DF-Letras**.



Odilon Aires
PMDB

Logo depois do término da II Guerra Mundial, quase todos os países do mundo já tinham implantado a televisão. O Brasil inaugurou a sua primeira emissora comercial — a TV Tupi — dia 18 de setembro de 1950 em São Paulo, com um programa humorístico de Mazzaropi, um número musical teatralizado, uma cena romântica com Walter Forster e Lia de Aguiar, um quadro sobre futebol, um número de bolero e um concurso de Prêmios.

Havia na cidade apenas 200 aparelhos de TV, número que aumentou para 375 logo em janeiro de 1951. Não existiam, no Brasil, indústrias de componentes técnicos de TV. Até as válvulas eram de fabricação americana, mas ao final da década de 50, Rio de Janeiro e São Paulo já contavam com meia dúzia de emissoras. No começo do governo de Juscelino Kubitschek foi grande o desenvolvimento do novo veículo, sendo promovido em meio ao ufanismo desenvolvimentista, o incitamento do empresariado e, por outro lado, uma investida maciça de verbas publicitárias.

Por volta da metade da década de 50, o número de aparelhos de TV não passara os 250 mil. Entretanto, isso não impediu que o jornalista e empresário Assis Chateaubriand comprasse, de uma vez só, nove estações nos Estados Unidos, embora não existisse uma infra-estrutura de imagem e de som, nem uma tradição de show business, no País.

A programação oscilava entre programas informativos — combinando noticiários de estilo radiofônico com debates e entrevistas — com programas educativos e de entretenimento. Igualmente o teleteatro marcou época na TV Tupi, com a **TV de Vanguarda**, a cargo de Ziembsky, Maria Della Costa, Procópio Ferreira e outros grandes profissionais



Dina Sfat e Francisco Cuoco contracenaram em "O Astro", de Janete Clair

da época. Ao público infantil eram destinados programas especiais, sendo que o Sítio do Picapau Amarelo, dirigido por Júlio Gouveia, estreado em 1951, permaneceu 14 anos no ar.

A ampliação do consumo industrial impulsionado na década de 50 fez sentir o seu efeito na de 60. Havia, então, 15 estações de TV concentradas nas capitais. Já estava bem delineado um perfil urbano de consumo e a televisão começou a assumir o caráter comercial, com disputas de verbas publicitárias e bus-

ca de maior audiência, acrescentando-se o fato da criação do videoteipe, recurso de repetição de imagem fundamental na técnica televisual. Em 1960, dois programas fizeram furor e causaram uma corrida publicitária sem precedentes no Brasil: a inauguração de Brasília, transmitida ao vivo, e Hamlet, de Shakespeare, adaptado e levado ao ar em videoteipe.

O começo da telenovela

O ano de 1962 foi o da grande escalada televisiva, graças a um esquema publicitário com base numa programação

unificada, ou seja, para aproveitamento de vários mercados consumidores, devido ao videoteipe. A telenovela ainda engatinhava nesse tempo. A primeira delas, enquanto narrativa em capítulos diários, estreou em julho de 1963 na TV Excelsior. "**25499 Ocupado**", de Tito Miglio, com Glória Menezes e Tarcísio Meira, teve patrocínio da Colgate-Palmolive e pode ser considerada a primeira história de amor da telenovela da televisão brasileira. Mas, foi um programa de pouca repercussão, pois na mesma TV Excelsior o sucesso era para os filmes, enlatados americanos, que eram obrigatoriamente dublados em português, por decreto governamental.

A experiência continuou e um segundo título — "**Aqueles que Dizem Amar-se**" — com Carlos Zara e Lolita Ro-

O Poder dos Telefolhetins

Wilson Rossato

Quiosque vira Centro Cultural

Todo ano, no sétimo domingo após a Páscoa, dezenas de cavaleiros e cantadores se reúnem para realizar mais uma Festa do Divino, um evento cultural que se repete, tradicionalmente, no Brasil, desde o século passado, e que, no Distrito Federal, só acontece em Brazlândia. Iniciados com novena e missa, os festejos do Divino incluem passagens dos cavaleiros por várias residências, onde cantam e dançam a catira, e se

encerram com um almoço oferecido aos cavaleiros e aos devotos.

Considerada o mais tradicional evento da cidade, a Festa do Divino não representa, no entanto, a única manifestação cultural de Brazlândia. Nascida muito antes de Brasília, Brazlândia, hoje com cerca de 70 mil habitantes, é reconhecida não só pela sua fama de cidade pacata, com características de interior, como também pelas manifestações culturais que

têm divulgado seu nome Brasil afora, como é o caso, por exemplo, do artista plástico Galeno, premiado nacionalmente, e de artesãos como Seu Quincas, cujos trabalhos em buriti são dos mais procurados pelos turistas.

Seja nas artes plásticas, na música, no artesanato, ou no folclore, o fato é que Brazlândia tem muito o que mostrar. Para que todo esse trabalho seja difundido e novos talentos sejam incentivados, apresentei, no

início deste mês, projeto de lei que cria a Casa da Cultura e o Pólo de Artesanato de Brazlândia, que, de acordo com a proposta, deverá funcionar no prédio público conhecido na cidade como "Quiosque". A aprovação dessa proposta vai representar um importante impulso ao desenvolvimento cultural de nossa região, garantindo não só o registro da memória de nossas tradições culturais, como o incentivo à criatividade de nossa população.



Edimar Pireneus
PP

drigues, conservou todas as características da atração anterior: estrutura simples, enfoque quase que unicamente para os problemas amorosos do casal central, não havia tramas paralelas, o elenco era pequeno e a média era de 50 capítulos.

Os musicais assistem ao seu apogeu nessa época, entre 1964 e 1968, na TV Record (O Fino da Bossa, Jovem Guarda, Bossaude), culminando com os festivais da canção popular brasileira.

A "era da telenovela" tem início em 1964, com "O Direito de Nascer", originalmente uma novela de rádio do cubano Félix Cagnet. Adaptada para o vídeo por Teixeira Filho e Talma de Oliveira, a novela teve expressiva audiência na TV Tupi. Em 1965 é também o ano da inauguração da TV Globo, com o respaldo da popularidade de uma emissora de rádio e de um jornal diário, além de garantida financeiramente por um contrato com o grupo americano de comunicações Time-Life. Desde o início a Globo procurou produzir 60% de sua programação (atualmente produz quase 100%). O sucesso sem precedentes da Rede Globo, a partir de 1967, foi um resultado tanto da aplicação do modelo americano de exploração comercial (vendendo o tempo para a publicidade como um todo e não mais em programas isolados), como da inauguração de sucessivas emissoras geradoras em pontos estratégicos do País, liderando, dessa maneira, financeira e tecnologicamente o sistema.

A partir do sucesso de "O Direito de Nascer", a TV brasileira foi transformada. A programação foi horizontalizada (o mesmo produto de segunda-feira a sábado) e a telenovela passou a ter uma grande influência. Record, Tupi, Excelsior e Globo entraram com toda força na produção de novelas. A telenovela foi consolidada junto ao gosto do público brasileiro.

Todavia, mesmo a telenovela brasileira dominando a programação, ainda estava sob



O circo teve a sua função lúdica substituída pela televisão nas cidades neste final de século, onde despontam os telefolhetins

forte influência do estilo herdado dos mexicanos e argentinos, ou seja, os dramalhões inverossímeis. É dessa maneira que uma escritora cubana, **Glória Magadan**, reinava com suas novelas na televisão brasileira. Mas a inquietação era muito grande e cobravam dela um posicionamento mais coerente com o País e seu povo.

A renovação

Beto Rockefeller (com o ator Luiz Gustavo) representou a grande renovação do gênero, com a agilização dos diálogos; a mudança da linguagem, tornando-a mais coloquial e a entrada do cotidiano da realidade brasileira. Entre 1968 e 1969 (quando a novela foi ao ar), o Brasil inteiro se divertiu com as trapaças do malandro Beto Rockefeller que queria entrar para a alta sociedade paulista. Depois dele, a telenovela mudou no Brasil.

Uma das melhores ficcionistas da TV foi, sem dúvida, Janete Clair (1925-1983), consi-

derada como a "Maga das Oito", tamanho o sucesso de suas novelas, como: Irmãos Coragem, Selva de Pedra, Pecado Capital, O Astro, e muitas outras no horário das 8 da noite. Esposa do dramaturgo Dias Gomes, Janete começou escrevendo radionovelas e depois estreou na TV Tupi, em 1963, com a novela **O Acusador**, que teve pouca audiência devido as atenções do público estarem voltadas para a TV Excelsior, na época. Considerado como o maior telenovelistas da atualidade, Gilberto Braga (autor de Pátria Minha, exibida atualmente), considera-se "cria" de Janete Clair.

Outra autora considerada "mágica" na arte de criação de telenovelas é a santista Ivani Ribeiro, uma recordista entre os autores da telenovela brasileira, com 39 títulos, sendo que muitos desses títulos foram enormes sucessos de audiência. Como Janete Clair, Ivani começou no rádio

e estreou na televisão, escrevendo para a TV Tupi.

O Telefolhetim

Há 20 anos atrás era fácil dizer quem era a audiência das telenovelas: eram as donas-de-casa da classe média. Isso não acontece mais hoje. O público atual é generalizado, todos assistem telenovelas. Deixou de ser assunto para mulheres e faz parte do cotidiano de toda a população de um país.

Na verdade, o termo "telenovela" não é o mais apropriado para designar o gênero. Senão, vejamos. A definição de Folhetim é: "Longa história parcelada, desenrolando-se segundo vários trançamentos dramáticos, apresentados aos poucos. O vocábulo vem do termo francês **feuilleton** e designava uma seção específica dos jornais franceses da década de 1830. A peculiaridade do folhetim residia na exploração de histórias repletas de peripécias, com um sem-número de personagens às voltas com temas que iam desde a orfandade, casamentos desfeitos por tramas diabólicas, raptos, vinganças, testamentos e falsas identidades." Como podemos ver, o que chamamos de telenovelas são, na verdade, telefolhetins.

Uma telenovela, geralmente, tem mais de cem capítulos (duração de 7 a 8 meses) e roteiros com mais de 3 mil páginas. São obras "abertas", ou seja, durante sua exibição podem ser mudadas, ou transformadas, de acordo com a vontade do público, que é captada por empresas especializadas na área. Por isso, podemos dizer que não é só o público que vive a ansiedade dos próximos capítulos, mas também o autor que fica esperando as "respostas" do seu grande público para continuar a redigir a história. A telenovela é o folhetim moderno, ou a paraliteratura de imaginação mais popular.

O domínio da Globo

A TV Globo exporta seus programas para 128 países e seu principal produto de exportações é a telenovela. A

primeira experiência ocorreu em 1975, quando **Gabriela** foi exibida em Portugal. A aceitação da novela foi tão boa que estimulou a Globo a trabalhar o mercado mundial. Dez anos depois, Portugal já havia comprado 16 telenovelas brasileiras, num total de US\$ 3,7 milhões.

Logo depois de Portugal, as exportações foram orientadas para os países de língua espanhola da América Latina. A primeira novela dublada para o espanhol foi **O Bem Amado**, vendida a uma TV uruguaia. As novelas brasileiras só têm problemas com o México e a Argentina, que são dois tradicionais produtores e exportadores de telenovelas. A colocação das telenovelas na Europa começou pela Itália, onde são exibidas desde 1981. O maior sucesso foi alcançado pela **Escrava Isaura**, que chegou a bater a audiência do principal telejornal da TV italiana. A antiga União Soviética também tornou-se um comprador, além da China, Cuba, Polônia, etc. O mercado mais difícil de ser conquistado tem sido o dos Estados Unidos, onde estão as principais indústrias de cinema e TV mundiais.

A TV Globo concentra, no Brasil, o maior volume de audiência, chega a atingir 80 milhões de telespectadores, e o chamado "padrão global" é, na verdade, uma planejada estratégia de marketing, unindo eficiência empresarial, competência técnica e sintonização com as necessidades subjetivas dos telespectadores através de pesquisas. Estima-se que 75% de toda verba publicitária canalizada no País para a televisão seja absorvida pela Rede Globo, correspondendo a meio bilhão de dólares por ano. E toda essa audiência e poder econômico se devem muito em toda a história da rede aos seus bem cuidados telefolhetins.

□ Wilson Rossato é jornalista e autor de livros de bolso

Valorização das artes em Brasília

Nascido junto com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o jornal DF-Letras reaparece num momento importante em que o Poder Legislativo local caminha firme e aceleradamente na direção de sua consolidação definitiva como o verdadeiro canal de representação das aspirações da população brasiliense. De linha editorial séria, e sem...

compromisso com dogmas ideológicos de qualquer natureza, o jornal DF-Letras, durante sua primeira fase de publicação, conquistou espaço junto aos leitores pela qualidade elevada das matérias culturais editadas em suas páginas.

Todos temos consciência da riqueza cultural que cerca nossa cidade. Todavia, ela sempre foi obrigada a consumir e digerir produtos

culturais enlatados e de qualidade quase sempre duvidosa. Por isso, resgatar a cultura local deve ser compromisso maior do DF-Letras que, a exemplo do primeiro período de circulação, procurou valorizar os artistas brasilienses e sua arte.

Nós, parlamentares e funcionários da Câmara Legislativa, bem como toda a comunidade, não podemos

deixar, portanto, de aplaudir e apoiar essa feliz decisão de relançar um canal que vai balançar o ainda tímido movimento cultural da cidade há muito tempo esquecido.

Com o relançamento do DF-Letras, ganham espaço também as manifestações culturais das cidades-satélites e dos assentamentos. Os artistas destas localidades têm muito o que mostrar.



Tadeu Filippelli
PP

O poeta gaúcho de Minas

Guilhermino César (1908-1993), poeta gaúcho, nascido em Minas Gerais, deixa vasta contribuição à literatura brasileira, embora sua obra ainda careça de ser descoberta pelo grande público.

Ronaldo Cagliano Barbosa

Com o desaparecimento do poeta, escritor, professor e ensaísta Guilhermino César, ocorrido em dezembro de 1993 em Porto Alegre, perde a literatura brasileira um dos mais lúcidos pensadores da corrente modernista. Signatário do Movimento Verde, vertente mineira do movimento paulista de 22, que através da Revista Verde desencadeou um profícuo ciclo literário no interior do Brasil, Guilhermino transferiu-se de Cataguases, radicando-se no Rio Grande do Sul, onde, por mais de meio século, desenvolveu suas atividades culturais, jurídicas e jornalísticas, firmando-se como um dos escritores que mais contribuíram para o resgate da história gaúcha.

A presença de Guilhermino César é reconhecida como fundamental para as culturas rio-grandense e brasileira. Crítico, poeta, historiador, contista, jornalista, fazedor da palavra medida, artesão do verbo afiado e da estética às vezes ácida, mas elegante, era também um apaixonado pela preservação dos valores culturais dos pampas. Seu

aguçado senso poético e uma vocação quase arqueológica fizeram dele um permanente farejador de raridades sempre em busca de recuperar, com sua batéia de garimpeiro, particularidades literárias, desenterrando preciosidades que o tempo, muitas vezes, cuida de olvidar. Como exemplo citemos sua incansável tentativa de encontrar uma obra esquecida de Calder e Flào, *A Divina Pastora*, primeiro romance gaúcho, o que só foi possível, paradoxalmente, depois de muito esforço, quando sua visão dava sinais de falência.

Sua obra permanece ainda longe dos olhos do grande público, talvez por desinteresse das elites editoriais, que pensam mais a literatura como mercado, privando-nos do conhecimento de importantes escritores como ele ou porque esse poeta tenha escapado do eixo Rio-São Paulo, longe da mídia e dos holofotes da crítica especializada.

A poesia de Guilhermino César é trabalho esmerado, escultura dentro do moder-

nismo, tal sua preocupação com a grandeza e refinamento. Sem cair nas licenciosidades que muitas vezes maculam a estética modernista, Guilhermino trilhou o caminho do compromisso com uma linguagem conceitual, que beira o eruditismo sem forjar o pedantismo, não descuidando também da simplicidade mineira, que soube traduzir em sua obra, sem comprometer o lirismo e a decência da linguagem, tão característicos em seu estilo.

Sua estréia na *Revista Verde* (1927) revela sua precocidade, ao lado de Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Francisco Inácio Peixoto e Enrique de Resende, alcunhados os "ases de Cataguases", quando propunham a criação de uma autêntica poesia brasileira. Inicia-se aí sua rica bibliografia. Destacam-se os primeiros cantos através de *Mela-Pataca* (1928). Com a dispersão do grupo, Guilhermino fixou-se no Rio Grande do Sul, onde deflagrou seu fértil processo criativo, inaugurando principalmente uma

fase de rastreamento tão imprescindível da literatura rio-grandense.

Em Porto Alegre, Guilhermino extrapola os meandros inaugurados pelo idealismo provinciano dos jovens modernistas mineiros e enceta uma caminhada literária num crescendo. Escreve *Sul*, romance de costumes, *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, *O Romance Brasileiro Contemporâneo*, *O "brasileiro" na ficção portuguesa*, *Lira Coimbra e Portulano de Lisboa*, *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul*, *Sistema do Imperfeito & Outros Poemas* e inúmeras outras obras, cujo acervo compõe uma das mais coerentes, rigorosas e dedicadas vidas à literatura.

Nos últimos anos de vida, já impedido fisicamente pelo assédio da cegueira, Guilhermino não perdeu sua acuidade intelectual. Ao contrário, embrenhava-se com o mesmo denodo pelo universo literário, ora comentando, sugerindo ou ouvindo, numa rara disposição de dar continuidade à sua verve de garimpeiro da palavra. Foi assim que, lidando com as limitações impostas pela escuridão, tal qual um Borges, tratou de valer-se de sua memória e de seu talento, chegando a elaborar um último livro intitulado *Cantos do Canto Chorado*, onde reuniu num volume trabalhos inéditos e edições esgotadas.

A cultura nacional tem um débito gigantesco com Guilhermino César, porque deixou de semear a sua poesia e perdeu rara oportunidade de disseminar a crítica literária daquele que soube concentrar seus esforços na interpretação do panorama literário e no esmerado trabalho de resgate histórico da cultura de seu Estado. Como assinala a Profª Tânia Franco Carvalhal, em formidável artigo que analisa a trajetória desse grande mestre, "a presença intelectual e afetiva de Guilhermino César deverá ser assegurada por futuras publicações que a preservem e, junto aos versos do poeta, nos digam sempre de sua generosidade e inteligência".

Guilhermino, esse gaúcho de Cataguases, ou mineiro de Porto Alegre, criatura de profunda identidade com o que fazia, literato sem as peias ou os vícios do academicismo petulante, soube como ninguém ser uma grande síntese, diria simbiose, do interiorano com o intelectual, sem que um ou outro temperamento compromettesse a lucidez de sua produção. Para defini-lo, melhor recorrer a Antônio Cândido, que assim o identificou: "Vários, múltiplo".

Ronaldo Cagliano Barbosa é poeta e advogado. Mineiro de Cataguases, mora em Brasília há 14 anos.



Jorge Cauhy

PP

Canal aberto de comunicação

Queremos expressar nossos cumprimentos pela oportuna iniciativa de relançamento do jornal DF-Letras, editado pela Câmara Legislativa do DF. É um importante canal de comunicação aberto aos parlamentares desta Casa, oferecendo condições para a apresentação de trabalhos e a divulgação de idéias no campo cultural. Brasília só tem a ganhar com

a ampliação de mais esse espaço, já que notoriamente se ressentem de condições mais favoráveis para a divulgação de trabalhos nesta área. O que se tem feito até hoje deve-se muito mais aos esforços isolados de caráter privado, com acesso restrito aos meios de comunicação em função de uma série de dificuldades.

O DF-Letras certamente cobrirá uma importante lacuna, contribuindo para que a população em geral possa tomar conhecimento e mesmo se engajar em trabalhos de aprimoramento de ordem cultural. É sempre bem-vindo qualquer esforço no sentido de ampliar o conhecimento de nossa gente, porque

somente assim estaremos ascendendo em direção ao futuro, forjando um País culto e próspero. O DF-Letras conta com o meu total apoio, colocando-me desde já à sua disposição, esperando ser útil em qualquer oportunidade para que sua vida seja longa e profícua.

verde

HENRIQUE DE RESENDE
MARTINS MENDES
QUILHERMINO CÉSAR
F. INACIO PEIXOTO
ROSBARIO FUSCO

1

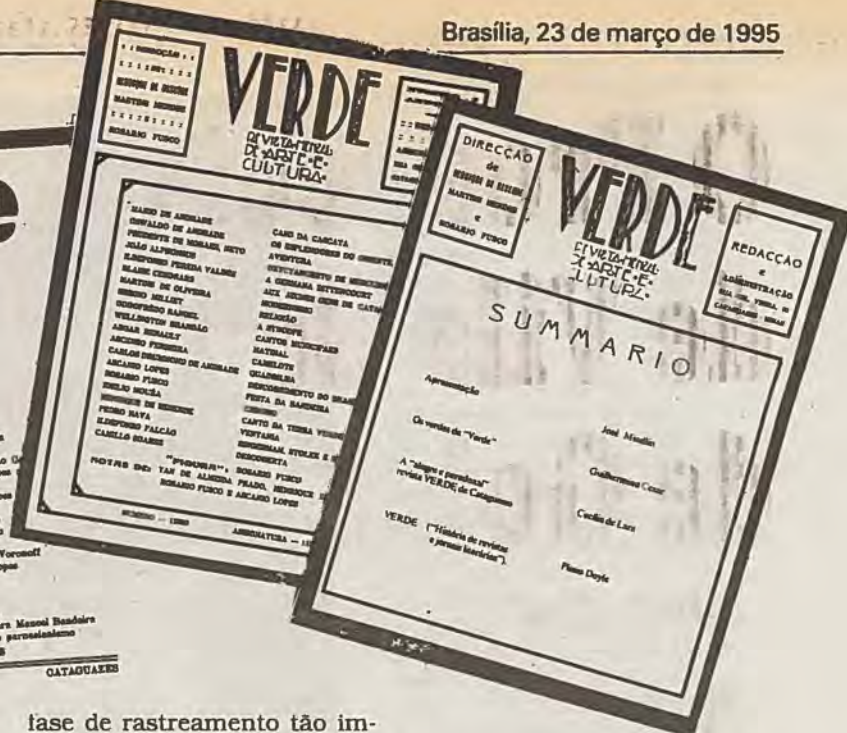
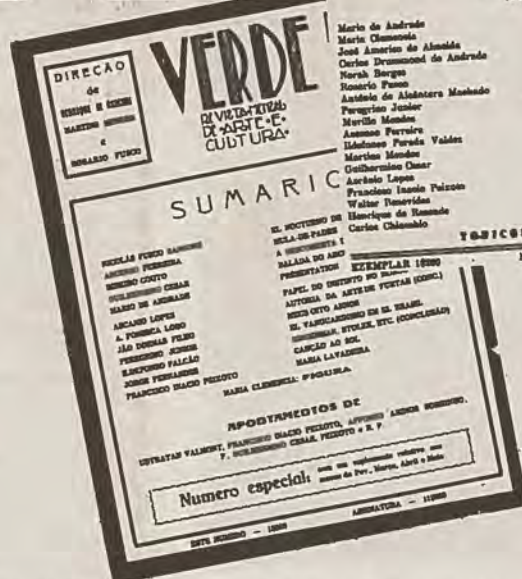
ASCÂNIO
(1907-1998)

Vitoria Regia
Linsheim
Menezes do
André Lopes
Dessão
Ascânio Lopes
Iadriano
O espírito
Osteo Novo
O Verde
Elogio de Voronoff
André Lopes
André
Inácio
André
Apelo
Poema para Manoel Bandeira
O mal do parasitismo

TÓPICOS E NOTÍCIAS

MAIO DE 1928

CATAGUASES



O Prospecto de Vila Boa de Goiás

□ **Lena Castello B. F. de Freitas**

Vila Boa — atual cidade de Goiás — situa-se a 16 graus e 10 minutos de latitude Sul e um pouco a Oeste do histórico meridiano de Tordesilhas. Localizada, portanto, em terras que pertenciam à Espanha, Vila Boa seria marco da presença portuguesa junto aos ricos filões, descobertos pelos bandeirantes paulistas em território goiano, na terceira década do século XVIII, quando as minas das Gerais começavam a dar os primeiros sinais de exaustão. Mais para o Oeste, em direção ao lendário Peru, a Coroa Portuguesa plantaria a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e, como sentinela avançada, Vila Bela, primeira capital de Mato Grosso. Entre esses núcleos urbanos interpunham-se espaços continentais, a serem medidos por dias infundáveis de jornada.

Plantada no fundo de um vale cortado pelo rio Vermelho e circundado por serras, dentre as quais a Serra Dourada — no nome, a recorrência do mito do ouro — Vila Boa, em suas origens, remonta ao arraial de Sant'Anna, surgido da mineração que ali se praticava. Nas proximidades, outros arraiais proliferaram: Ferreiro, Barra, Ouro Fino... Destes, pouco resta nos dias de hoje.

Em contraposição, Vila Boa — ou cidade de Goiás — com seu casario setecentista que delimita ruas estreitas, calçamento irre-

gular, quintais sombreados, largos e praças definidos em função de igrejas, chafarizes e edifícios públicos é testemunho expressivo da arquitetura e do modelo de urbanismo que se desenvolveram nos antigos núcleos de mineração. Essa configuração original foi, em parte, preservada pelo próprio isolamento a que se via condenada, em relação aos centros mais dinâmicos da economia e da política, dentre os quais o Rio de Janeiro, a 263 léguas e meia de distância, ou seja, mais de 1.700 km a serem percorridos pelos ínvios caminhos do sertão.

Em função de tais características, parte da cidade de Goiás foi tombada pela antiga Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN. Valioso estudo feito por técnicos dessa Secretaria e da ex-Pro-Memória — José Leme Galvão Jr. e Paulo

Bertran — assinala a possível existência de um Primeiro Plano de Assentamento de Vila Boa de Goiás, que dataria da instalação da mesma (1739). Na Bibliografia Mínima listada, são referidos documentos localizados no Arquivo Ultramarino de Lisboa, a saber: Prospectos de Vila Boa de Goiás (1751) e Planta Anônima (1770). Não se detêm os autores na análise destes, fazendo-o, contudo, em relação ao Prospecto de Vila Boa de Goiás (1782), do qual se guarda cópia no Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás.

Com mais de meio século de existência, Vila Boa já então ultrapassara as fases iniciais de instalação e povoamento quando predominaram os condicionamentos geomorfológicos para o assentamento dos mineradores e povoadores e a definição gradual da conformação do núcleo urbano. As áreas habitadas localizaram-se às margens do rio Vermelho, que desde os momentos iniciais dividiria ao meio o aglomerado urbano. Razão de ser do arraial, as datas de ouro — concessões de terra feitas aos mineradores, de acordo com disposições constantes do Regimento das Minas — abrigaram mocambos de pau-a-pique barreado, cobertos de palha, os quais, a pouco e pouco, foram substituídos por construções mais sólidas. Em ruas e largos esboçava-se o adensamento do núcleo urbano. Delineavam-se os caminhos de acesso ao arraial; destes, com pequenas variantes,



Os mocambos de pau-a-pique barreado, cobertos de palha, foram substituídos pouco a pouco por construções mais sólidas

Valorizar a cultura da cidade

O **DF-Letras** volta a circular e o mais importante é que a partir de agora ele será distribuído em todas as salas de aula das escolas públicas de Brasília. Professores e alunos da rede oficial de ensino terão mais acesso às informações culturais da cidade, o que vai significar uma relevante integração das comunidades escolar e cultural de Brasília.

Uma das metas do governo Cristovam é valorizar a cultura da cidade e para isso as principais iniciativas serão destinadas à recuperação dos espaços culturais e a implantação de programas que envolvam as áreas de educação e cultura. Entre os projetos que começaram a ser implantados pela Secretaria de Cultura e Esporte podemos citar o "Circuito da Memória", onde

estudantes da rede oficial poderão visitar todos os espaços culturais da cidade e, "Dos pés à Cabeça", que vai desenvolver o esporte junto às crianças carentes e os alunos das escolas públicas. Outro projeto que também está em andamento é o "Bolsa-Parceria", que pretende, com a ajuda da iniciativa privada, recuperar importantes espaços

culturais que se encontram abandonados como por exemplo o Teatro da Praça de Taguatinga, que não foi reformado pelo governo anterior, mesmo existindo recurso orçamentário garantido por emenda de minha autoria. Investir em cultura representa democratizar e abrir as portas do conhecimento e a todo ser humano deve ser dada esta oportunidade.

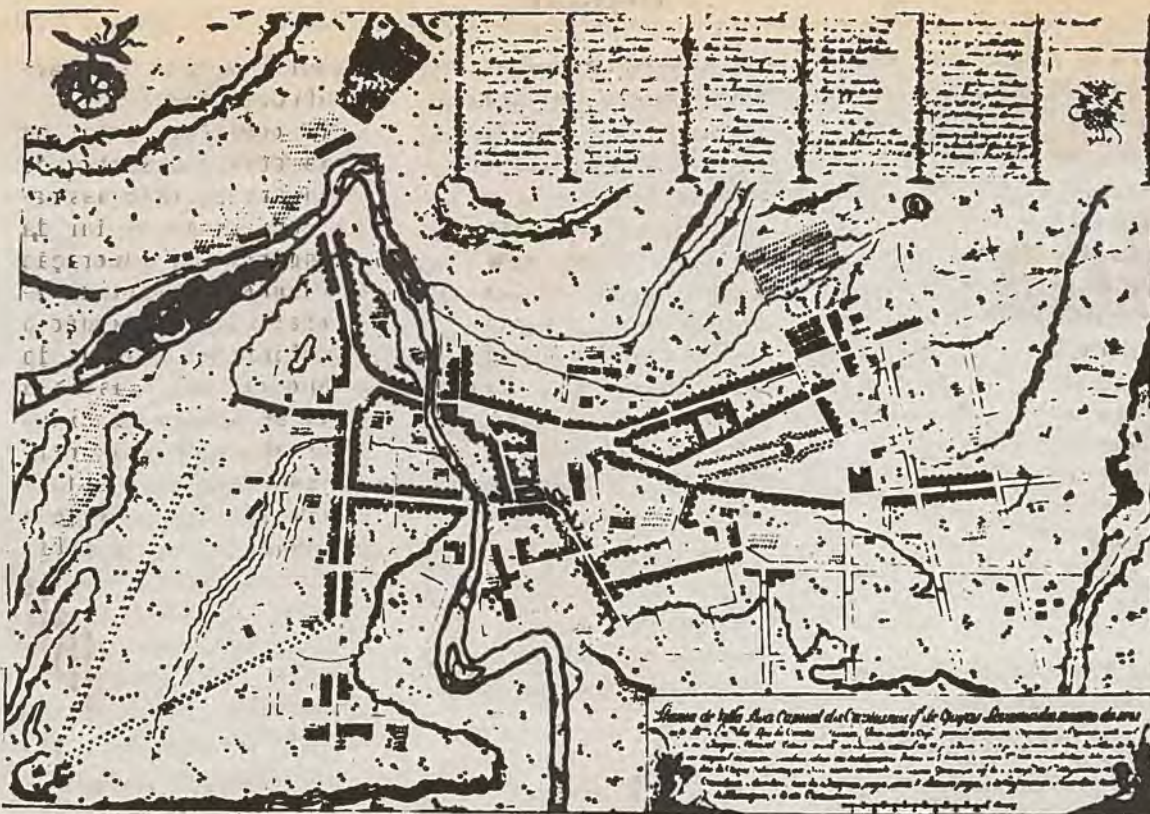


Lúcia Carvalho
PT

surgiriam novas ruas.

Motivos relevantes, de ordem política e econômica, teriam levado as autoridades coloniais a verem com cuidado a criação da nova vila, dada sua localização pouco além da linha de Tordesilhas, em momento anterior à consagração do princípio do *ut possidetis* aplicado às questões de fronteiras entre Portugal e Espanha. A tais circunstâncias somavam-se os cuidados com a produtividade e o controle das minas de Goiás, cujos rendimentos mostravam-se então altamente promissores. Em consequência, fora ordenado ao Governador de São Paulo e Minas de Goiás e Mato Grosso que seguisse para aquela região, com o objetivo de "criar uma vila na povoação que maior desenvolvimento oferecesse, reprimir pessoalmente os excessos, punir os perturbadores da ordem, e finalmente estabelecer os negócios públicos no pé de regularidade que convinha, para ter lugar a criação da capitania como final resolução".

No cumprimento de Ordem Régia, em 1739 o governador D. Luis de Mascarenhas deslocara-se de São Paulo para Goiás e escolheu o local para sediar Vila Boa, fazendo com que fossem "eleitas as justiças" e designados os oficiais da Câmara, aos quais determinou que juntamente "com a nobreza e povo...a que ele acompanhou, fossem levantar pelourinho ao lugar destinado, junto do arraial a que em nome do rei deu o no-



me de Vila Boa...". O mesmo governador "designou o lugar da praça, da matriz, da câmara, da cadeia, dos edificios principais e não se resignou de pegar na ponta da corda e servir de pião para se marcarem os logradouros públicos".

Nos anos seguintes à instalação da vila, ergueram-se a capela primitiva da Boa Morte, bem como a primeira Casa de Câmara e Cadeia. Os demais edificios públicos, para os quais fora definida localização dentro do espaço urbano, não foram construídos de imediato. Ao primeiro governador da Capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, parecera desaconselhável desviar mão-de-obra inteiramente ocupada com a extração do ouro, preferindo adquirir de ter-

O Governador da Capitania de Goiás, D. Luis da Cunha determinou a elaboração do Prospecto de Vila Boa de Goiás, em 1782.

ceiros casas já concluídas.

Concomitante com o período de relativa estabilidade da economia aurífera (1740-1770), à estratificação da sociedade que se esboçava correspondeu a hierarquização do espaço urbano. Técnicas construtivas mais apuradas foram empregadas em algumas edificações da época, mas, em sua maior parte, o casario manteve características de precariedade e transitoriedade.

Ao iniciar-se a penúltima década do século XVII, estava a capital da Capitania de Goiás bem apare-

lhada para exercer as funções administrativas, econômicas e religiosas que lhe cabia desempenhar. Tinha a Câmara Municipal rendas que consistiam "em foros de duas léguas e meia de terras de sesmaria, que têm em torno dos logradouros da vila, afiliações, cabeças, talhos, curral, que tudo montará a mil oitavas". Fragmento de Termo de Vereança de 1743 registra determinação no sentido de que os moradores limpem as testadas de suas casas e que "não trarão porcos pelas ruas", sob pena de sanções que são estabelecidas.

A sede do Governo da Capitania instalara-se em 5 casas geminadas, reformadas para servirem de moradia e local de expediente, recebendo a pretensiosa denominação de

Palácio do Conde dos Arcos. Localizada no Largo da Matriz, é a edificação guarnecida com balastrada de madeira e guarda-corpo e, em decorrência das adaptações feitas, apresenta um conjunto de pátios isolados por muros respaldados com telhas embeicadas.

Também funcionando em casa que fora residencial, ampliada e adaptada, a Casa de Fundação abrigava, além dos equipamentos e pessoal técnico necessários à sua destinação, a Junta da Real Fazenda. A sala de reunião que lhe era destinada ostentava poltronas e reposteiro de damasco vermelho; na porta, um cortinado verde, com as armas de Portugal. Tal pompa se fazia necessária, já que pela Casa de Fundação deveria passar a ser quintado todo o ouro extraído na Capitania.

No largo que se abre depois da rua da Fundação, fora erguido o chafariz da Boa Morte, de planta hexagonal, com três bacias em pedra-sabão e belo frontão barroco. Espesso muro de alvenaria de pedra forma um pátio fechado, circundado por bancos. Nas proximidades, o Quartel, cuja construção data de meados do século XVII. A presença de forças militares na Capitania remonta a 1736, quando chegou de Minas Gerais a primeira companhia de dragões, soldados profissionais de cavalaria, que sentavam praça por um período mínimo de dez anos. Primavam pelo físico perfeito, inteligência, educação e honestidade ja-



Cláudio Monteiro
PPS

Relançamento vem ao encontro do leitor

Os leitores do DF-Letras, sempre à espera de novidades no campo cultural, com certeza estão satisfeitos com o relançamento deste suplemento cultural. Parabéns aos que tiveram coragem de relançar um jornal que sempre primou por divulgar textos, ensaios, poesias e cartas sobre os mais variados assuntos.

Espero que, daqui para frente, a equipe de jornalistas e colaboradores do DF-Letras possa contar com todos os recursos necessários para dar prosseguimento a este brilhante trabalho jornalístico.

O DF-Letras deve continuar sendo porta-voz de dezenas de escritores, poetas, jornalistas e historiadores que, por diversas razões,

encontram pouco espaço nos jornais locais.

O ressurgimento deste veículo de comunicação é um indicador de que estamos saindo do marasmo cultural que se instalou no DF nos últimos anos.

Entendo que não existe no mundo bem mais necessário e de fácil acesso do que a leitura. Só ela nos proporciona uma bagagem

rica de cultura e de informação. Espero que o DF Letras continue contribuindo para que a população, de um modo geral, mantenha o hábito de ler textos de qualidade e consequentemente adquira a vontade do saber. É nosso dever incentivar e tornar acessível às nossas e velhas gerações o gosto pela leitura.

mais contestada.

Mais acima, quase no ápice da suave elevação que demanda a saída Sul da vila, fica a Casa de Câmara e Cadeia erguida em 1761, possivelmente no mesmo local da edificação anterior, ou resultante de ampliação desta. O risco original veio do Conselho Ultramarino. Com dois pavimentos, tem no térreo duas grandes enxovias com teto de madeira sobre barrotes, com acesso através alçapão no teto, servido por escada escamoteável. O piso era de chão batido com piçarra, sempre úmido e frio. As paredes externas, em alvenaria e pedras, têm 1 metro de espessura; as internas são forradas com tábuas calçoeiras; nas demais, foi empregada taipa de pilão.

Do ponto de vista espiritual, vários templos atestam as rivalidades existentes entre confrarias e irmandades, desejosas de alardear devoção e poder: data da segunda metade do século XVIII a construção de 6 novas igrejas e capelas, além da reconstrução da igreja da Boa Morte. Na sociedade instável e turbulenta, a maioria dos inventários desse período é de homens solteiros que, pressentindo a aproximação da morte, preferem excluir de seus testamentos parentes distantes e legar seus bens para a construção de templos — assim garantindo as indulgências necessárias ao ingresso no paraíso.

Ao assumir o governo (1778-1783) D. Luis da Cunha Menezes encontrou em situação difícil a Capi-

tania de Goiás, pois que se anunciava como irreversível a decadência da produção aurífera. Certamente alertado pelas autoridades da metrópole, buscou ele evitar que se repetisse em Vila Boa o êxodo que ocorria em muitos arraiais de mineração, os quais, outrora florescentes, rapidamente transformavam-se em arruamentos de casas abandonadas.

A disponibilidade de mão-de-obra ociosa, dada a diminuição dos trabalhos de mineração, foi aproveitada pelo Governador,

que empreendeu amplo programa de melhoria dos prédios públicos, reedificação de pontes, construção de matadouro, implantação do Passeio Público e reordenamento da expansão urbana. Ao que parece, pretendia, com os melhoramentos projetados, assegurar a fixação dos moradores da vila e atrair outros, que para ela convergiriam em busca de "todos os bens da vida segura e conversável". Assim, estariam garantidos alguns dos objetivos primeiros da fundação de Vila Boa, ou seja: vigilância sobre o território que fora espanhol, e, em nome d'el Rei, governo, ministração da justiça e garantia de se-

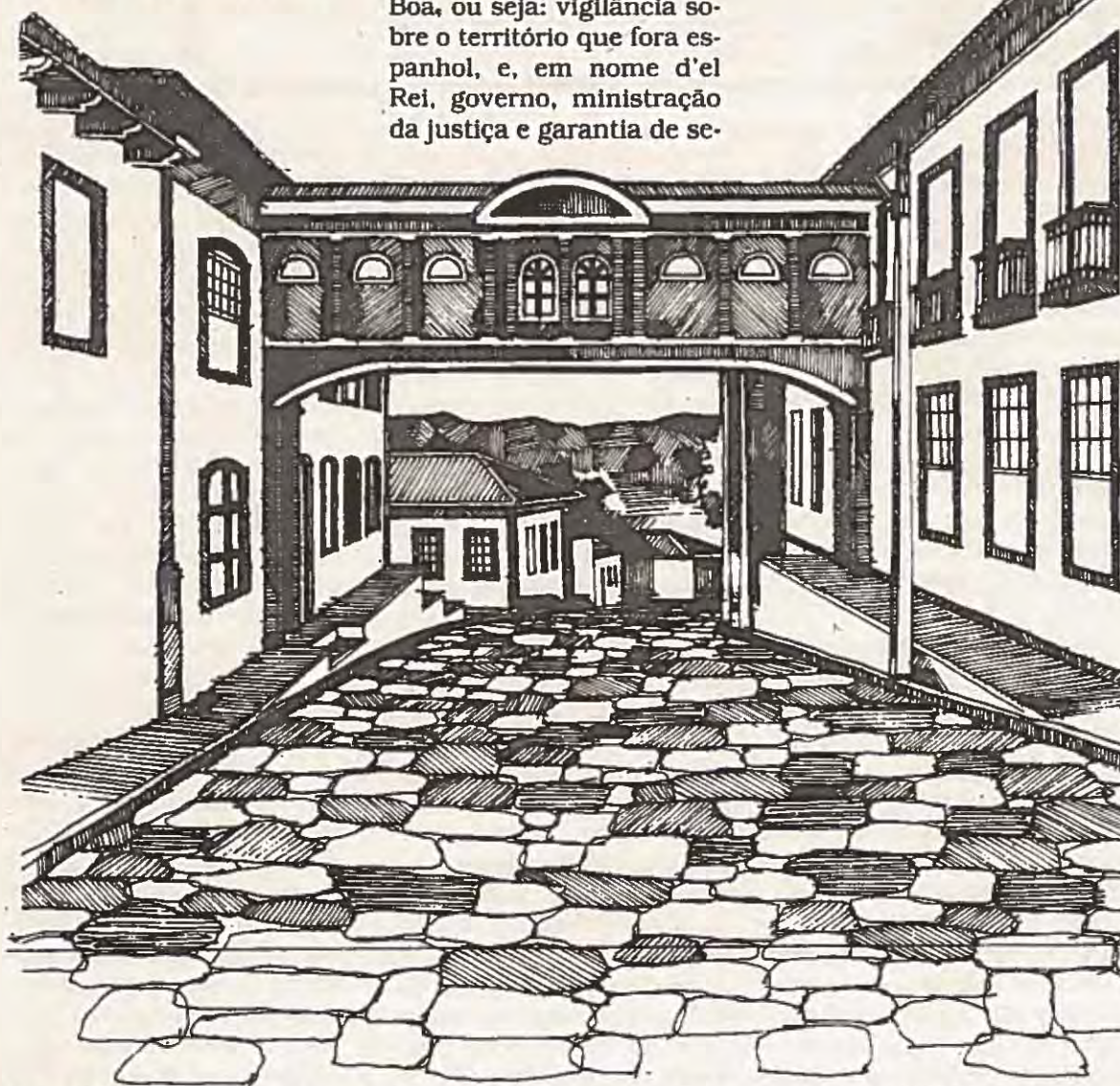
gurança para os habitantes da Capitania.

Há consenso entre os historiadores no sentido de que o ano de 1778 assinalou, em Goiás, o fim da abundância da mineração e o começo de sua decadência: a partir de então o recolhimento anual do quinto do ouro passou a situar-se abaixo de 15 arrobas, decaindo velozmente desde então. As autoridades terá sido patente a necessidade de uma políti-

ca governamental que enesse a sobrevivência das populações disseminadas por arraiais e fazendas assegurando, ao mesmo tempo, rendimentos à Coroa. Ecos da lisiocracia triunfante — na expressão de Palacin — ressoavam em loas à agricultura. Alencastre assinala que "as tendências todas da população iam se dirigindo para as lavouras e para a indústria pastoril" na medida em que "as lavras iam sendo abandonadas e o arraiais despovoados ..."

Palacin estima que, nos primeiros 25 anos de produção (1726-1751), as minas de Goiás mandaram para a Coroa aproximadamente 7 toneladas de ouro. Entre 1752 e 1778 — data em que D. Luis da Cunha Menezes assumiu o Governo da Capitania — os quintos somaram pouco mais de 9 e meia toneladas de ouro. Tais números permitem calcular, para os 52 anos que medeiam entre 1726 e 1778, um total aproximado de 82,5 toneladas de ouro como sendo a produção das minas de Goiás, excluído o metal contrabandeado, que não seria pouco.

De toda essa riqueza, o que terá permanecido em Goiás? De que maneira os moradores da Capitania, e em especial de Vila Boa — a maior contribuinte — ter-se-ão beneficiado do ouro que a natureza colocara ao seu alcance? Que testemunhos materiais acaso indicam riqueza, fausto ou produção artística, possibilitados pela acumulação de fortunas, ou pelo estímulo intelectual nascido da despreo-



A arquitetura desenvolvida nos antigos núcleos de mineração esteve presente em Vila Boa de Goiás

Cultura, quem faz quer Casa

O processo deflagrado pelo então Secretário da Cultura do Governo passado, Márcio Cotrim, visando a construção das Casas da Cultura, avivou nos corações dos integrantes dos Movimentos Culturais das Cidades-Satélites a possibilidade de terem de fato um espaço onde pudessem expressar seu processo criativo.

No Gama, durante a minha gestão frente a Administração Regional, apoiamos

definitivamente esta idéia. Incentivamos a criação do Conselho Regional de Cultura e lá, mesmo antes da regulamentação, indicamos um diretor para área cultural, que foi apontado pelo Movimento Cultural.

Discordo da idéia que arte se faz debaixo de árvores, no meio da rua e sob as pontes da cidade. Isto pode ser uma alternativa e não uma regra. O Artista precisa de um espaço específico para apresentar sua arte. Não é

admissível que ele fique sujeito a se expor constantemente em auditórios de colégios, sem nenhuma estrutura técnica que garanta o bom desempenho de seu trabalho.

Defendemos a construção de Casas da Cultura em todas as Cidades-Satélites do Distrito Federal, os artistas destas localidades já mostraram em encontros regionais e nos diversos Seminários de Cultura realizados pelo Governo do

Distrito Federal que, também, querem isto, e não paleativos como querem impor-lhes os intelectuais elitistas de corredores oficiais.

Durante a minha gestão, garantimos o terreno, a planta e a maquete da Casa da Cultura do Gama, esperamos que o atual Governo faça realidade o sonho de centenas de artistas que merecidamente tem direito a sua casa, a casa de todos nós, a casas do povo, a Casa da Cultura.



César Lacerda
PRN

cupação com a sobrevivência? Quem foram — se é que os houve — os potentados, os nababos que transformaram pepitas do rio Vermelho em mimos para amantes exóticas, ou em moradias suntuosas, ou em jardins ou lagos faraônicos, ou em altares revestidos de ouro?

Claro está que indivíduos houve que enriqueceram com o ouro de Goiás: mineradores, atravessadores, negociantes, pessoas de tino comercial e senso de oportunidade. Outros, no exercício de cargos públicos, tiveram despertada a cobiça, até porque o sistema vigente de arrematação dos ofícios fomentava a ganância e a venalidade. Governadores e altos funcionários foram acusados de enriquecimento ilícito — mas, se aumentaram seus cabedais, não deixaram na vila marcas de opulência.

A pobreza das edificações residenciais, o despojamento de igrejas e capelas, a modesta uniformidade dos partidos arquitetônicos, a quase inexistência de sobrados, o emprego abundante de materiais locais — aroeiras do sertão, taipa de pilão, lajes de pedra — confirmam que seria falsa, para Goiás, a imagem de euforia cunhada para as regiões mineiras. Em Vila Boa, durou pouco o fastígio do ouro e foi célere a decadência.

Determinou o Governador D. Luis da Cunha Menezes, com vistas aos melhoramentos e edificações que pretendia promover, que fosse elaborado o Prospecto de Vila Boa de Goiás, o que foi executado



Vila Boa de Goiás tem suas origens remotas ao arraial de Sant'Anna, surgido da mineração do ouro.

pelo soldado-dragão Manoel Ribeiro Guimarães, em 1782. Desse Prospecto afirmam Galvão & Bertran: "constitui-se em documento singular, duplamente interessante para a história de Goiás, para a história do planejamento urbano no Brasil... É um exemplo raro de levantamento do uso do solo e de planejamento de sua expansão, em se tratando do período colonial brasileiro".

Intitula-se o documento: "Planta da Villa Boa Capital da Capitania Gal. de Goyas Levantada no ano de 1782 pelo Ilmo. e Exmo. D. Luis da Cunha Menezes; Governador e Capm. General da mesma Capitania e Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guimes". Não se conhecem os geômetras, topógrafos ou engenheiros que procederam aos levantamentos técnicos que permitiram a elaboração do

Prospecto, cuja escala está definida em braças.

A importância desse documento iconográfico repousa tanto nas informações que contém, como na apresentação cuidada e sugestiva. Figuras coloridas enriquecem a planta, reproduzindo as fardas das diversas corporações militares de Vila Boa. À esquerda, desenho em perspectiva reproduz "fachada de um dos lados da praça principal da Vila que faz frente para o palácio"; ao lado, "prospecto regular para as casas e mais ruas". Legenda que se localiza à direita informa que "a dita Villa tem actualmente 553 moradas de Cazas habitadas por 3.000 pessoas" — cidadãos livres, certamente. Emoldurando a malha urbana, são indicados os acidentes geográficos do entorno e discriminadas as estradas que seguem para os arraiais próximos.

Contam-se 20 ruas; cu-

riosamente, há uma rua Última e, depois dela, a rua do Nicolau. As travessas são 6; os becos, também 6. Há 3 praças e 2 fontes; 4 pontes permitem passar de uma para outra margem do rio Vermelho. Uma delas — a da Cambaúba — foi "edificada no ano de 1782 e proporcionada ao volume das águas a que vem chegando nas maiores inundações do rio". O soldado-dragão antecipava técnicas de **marketing** político, ao ressaltar as recentes realizações da administração colonial.

As chácaras indicadas somam 10, uma das quais mereceu destaque por ter "um parreiral, que o ano de 82 produziu 50 barris de vinho". Constam ainda 4 igrejas, 4 capelas, o Palácio de Residência do Governo, Casa da Fundação do Ouro e do Intendente da mesma, Casa da Câmara e "adjacentes Cadeyas Públicas", Quartéis da Tropa

e sua guarnição, armazéns, Casa da Contadoria dos Rendimentos Reais da Capitania, um Hospício de Jerusalém, um açougue público e casas para depósitos de mantimentos.

Além de retratar Vila Boa em 1782, o Prospecto prevê, na mesma prancha de desenho, a expansão urbana da vila, respeitando, contudo, o que já existia. De acordo com esse planejamento, Vila Boa deveria crescer nas direções Norte e Sul, as ruas obedecendo a traçado bastante regular, tendendo ao xadrez e mantendo-se o rio Vermelho como elemento de integração do núcleo urbano. Em muitas das quadras, observa-se que somente um dos lados contém edificações, ante-vedo-se adensamento urbano nas ruas laterais e ao fundo. O número e as dimensões dos novos quarteirões indicados permitem supor que era espera-



Rodrigo Rollemberg

PSB

Resgatar o Ginásio Nilson Nelson

Quando lançamos a campanha pela imediata recuperação do Ginásio Nilson Nelson, apenas polarizamos uma expectativa comunitária e de governo. A campanha "Os Amigos do Ginásio Nilson Nelson" é um instrumento pluripartidário. Ela vai analisar propostas, vai traçar estratégias de ação e decidir sobre mecanismos de captação e aplicação dos recursos segundo uma prioridade nova de

administração e de uso do Ginásio. É uma situação inédita para o Distrito Federal. É a participação democrática nascendo, na prática, sobre os caminhos do Estado. O Ginásio precisa estar habilitado para ações múltiplas, oficinas, palestras, mostras, treinamentos e tratamento acústico e de iluminação que habilite seu uso para espetáculos musicais e cênicos. O Ginásio

fechado é perda comercial e de prestígio para o DF. Estamos fora do circuito da emoção nacional. É ruim para a auto estima do brasiliense. Há muitas maneiras de se otimizar o uso de um espaço público sem danificá-lo. Há novas tecnologias que permitem uso maciço sem causar danos. O que falta é vontade política para devolvermos à cidade esse espaço que tanto marcou nossa vida esportiva

e cultural. Brasília que soltar esse grito de festa preso na garganta, correr para o abraço e entrar novamente no circuito nacional e internacional da emoção. Uma necessidade à altura da representatividade de uma Capital que precisa desse palco como espaço sagrado da beleza criada por atletas e artistas. Vamos Nilson. Vamos nessa. O Nilson Nelson vai voltar a ser nosso. Temos Pressa!!!

da a duplicação da população de Vila Boa.

Bando editado por D. Luís da Cunha Menezes informa que era de seu desejo "evitar que para o futuro continue a mesma irregularidade com que os primeiros fundadores desta Capital construíram os Edifícios arruinados por falta de alinhamento e a sua regular perspectiva". Determina, em seguida, "que daqui em diante se observe inviolavelmente" um conjunto de disposições urbanísticas e arquitetônicas, o que resultará em "utilidade para a mesma povoação mas também (para) os seus habitantes". A Câmara Municipal ficou responsável pelo cumprimento do que prescrevia o Bando, sendo que "ao arruador se dará uma cópia dessas determinações".

Ao Governador moviam preocupações tanto urbanísticas como estéticas, no ordenamento da expansão urbana de Vila Boa. A uniformidade das fachadas, reproduzindo padrões portugueses, era entendida como forma desejável de harmonia, ficando estipulado que se copiassem os melhores padrões arquitetônicos disponíveis.

Silva e Souza (1813) observa que D. Luís da Cunha Menezes determinou "em capítulo de correição que se observasse à risca a regularidade do prospecto que se tinha estabelecido" — ou seja, o planejamento feito e as diretrizes baixadas deveriam ser obedecidos. Essa determinação acabaria por gerar atritos com a Câmara Municipal, como reflexo de interesses



A decadência de Vila Boa iniciou-se em 1778 com o fim da abundância da mineração

contrariados, sobretudo da parte de proprietários de chácaras e terrenos situados nos arredores.

Até que ponto tornou-se realidade a expansão urbana de Vila Boa, de forma disciplinada e controlada?

Relativamente ao crescimento populacional, em 1804 — 22 anos após a elaboração do Prospecto — tinha Vila Boa 699 fogos e 9.471 habitantes, dos quais 5.039 cidadãos livres e 4.432 escravos. Aumentou, igualmente, o número de "fogos" da vila: de 553 para 699. A média de moradores livres por "fogo" passou de 5.42 para 7.2 — o que permite supor que as famílias se tornassem mais estáveis e mais numerosas no período, vindo a residir talvez em casas maiores.

Termos de Vereança de 1793 indicam preocupações com reformas de pré-

dios, conserto de muros de quintais urbanos, reparos na ponte sobre o rio Bagagem, nivelamento de quintais, obras do matadouro e outros assuntos pertinentes à feição urbana de Vila Boa. Apesar do gradual empobrecimento da Capitania, com o declínio crescente de suas rendas, Vila Boa, ao que parece, assumiria as preocupações urbanísticas patentes no Prospecto e no Bando promulgado por D. Luís da Cunha Menezes.

Nos anos posteriores e durante todo o século XIX, Vila Boa — depois cidade de Goiás — manteve, em linhas gerais, as características arquitetônicas da vertente goiana das edificações coloniais e pós-coloniais: despojamento, simplicidade, rusticidade e emprego de materiais locais. Em 1830, começaram a disseminar-se críti-

cas à capital goiana, ao seu clima e localização geográfica, às dificuldades de acesso e comunicação. O Presidente da Província, Miguel Lino de Moraes, iria, então, propor a mudança da Capital, o que realmente viria a ocorrer um século depois.

Nesse interim, a velha capital goiana ofereceria condições para o desenvolvimento de formas e modos de viver e de sentir, que se expressariam em manifestações de vida social e cultural próprias: cultivo da música erudita e popular, inclusive com produção local; concepção e execução de imaginária religiosa, em madeira, destacando-se a genialidade do santeiro Veiga Valle; publicação de periódicos; instalação de aulas régias e classes de primeiras letras; funcionamento do Lyceu de Goiás, ainda na

primeira metade do século XIX; criação da faculdade de Direito, por insistência das "moças casadoiras" da cidade, preocupadas com a evasão dos melhores partidos... Florescente — ainda que restrita — vida literária e social contribuiu para assegurar a hegemonia da cultura ocidental na região, ilhada pela distância e pelo isolamento e frequentemente perturbada por agressões do meio e de tribos hostis. De outra parte, Vila Boa continuaria a desempenhar a função de guardião do vasto continente goiano, integrado na geografia brasileira: durante a Guerra do Paraguai, foi a cidade de Goiás ponto de concentração de tropas e de apoio logístico para os batalhões que se destinavam às frentes de batalha na fronteira mato-grossense.

A análise superficial do atual traçado da cidade de Goiás permite constatar que, em linhas gerais, o Prospecto de Vila Boa orientou, efetivamente, a expansão da cidade e contribuiu para preservar-lhe a fisionomia original, delineada nos anos iniciais de ocupação e povoamento das minas dos Guayazes. Estudo mais aprofundado poderá evidenciar detalhes tais como a obediência ao desenho de quadras e quarteirões, a direção das vias públicas, a manutenção dos caminhos de acesso e outros. Esperamos poder realizar esse trabalho.

□ Lena Castello B. F. de Freitas é professora e pesquisadora da Universidade Federal de Goiás

Oportunidade aos novos escritores

Durante sua curta mas importantíssima existência, o suplemento **DF-Letras** foi instrumento privilegiado de acesso dos brasilienses ao que de melhor a cultura local pode oferecer em termos literários. Nomes consagrados e talentos emergentes tiveram, em suas páginas, espaços para levar aos leitores o trabalho dedicado dos que

fazem das artes sua razão de viver.

Só podemos, por isso, receber com enorme alegria a notícia de que o suplemento literário editado pela Coordenação de Editoração e Produção Gráfica da Câmara Legislativa voltará a circular. A iniciativa reabrirá aos brasilienses comprometidos com a

cultura e as letras um inestimável canal de comunicação com o público, oferecerá oportunidade aos jovens escritores e proporcionará a esta Casa a chance de contribuir, concretamente, pela valorização dos criadores artísticos brasilienses. A Fundação Comunidade, que presido há oito anos, tem também um

compromisso firme com a cultura do Distrito Federal, tendo realizado já por dois anos consecutivos a maior festa do meio artístico local, a entrega do Prêmio Luiz Estevão de Cultura em dez diferentes categorias. É com este espírito de profunda ligação com as manifestações culturais que saudamos o retorno do DF-Letras.



Luiz Estevão

PP

Música



Popular

O Carnaval e a Política

□ Chico Nóbrega

No mundo cristão medieval, o Carnaval era o período de festas profanas que se iniciava, geralmente, no dia de Reis (Epifânia) e se estendia até a quarta-feira de cinzas, dia em que começavam os jejuns quaresmais. A semelhança dos nossos dias, a festa consistia em manifestações populares oriundas de ritos e costumes pagãos e se caracterizava pela alegria desabrida, pela eliminação da repressão e da censura, pela liberdade de atitudes **críticas e eróticas**. Para que os "freios" naturais do comportamento e do convívio social fossem liberados os participantes usavam, inclusive, máscaras e disfarces.

Como vemos desde a Idade Média até os nossos tempos, o Carnaval vem se mantendo como uma válvula de escape para a sociedade. Uma forma de liberar as pressões e tensões sociais. Um momento de "desordem" na vida organizacional da sociedade e de seus membros.

No Brasil, o Carnaval sempre foi um movimento essencialmente anárquico-político. Um momento especialmente próprio para sátira política aos governantes, políticos e a elite de um modo geral. O tratamento caricato tem sido a tônica básica dessa manifestação, seja através das marchinhas carnavalescas, carros alegóricos, fantasias e enredo de Escolas de Samba e Sociedades.

O pesquisador **Renato Vivacqua**, em artigo publicado no "DF-LETRAS" de janeiro de 1993, afirma que "se realizarmos um inventário da música carnavalesca desde os seus primórdios, observaremos que ela foi um verdadeiro almanaque musicado, retratando com senso crítico e de maneira espirituosa o dia-a-dia da história".

Ainda segundo o pesquisador, não escapavam das críticas musicadas através de marchinhas, sambas e outros gêneros temas tais como as descobertas da

ciência, as modas e modismos, os conflitos mundiais, as vicissitudes sociais e a **política**. A eterna crise brasileira sempre esteve presente. A inflação, a carestia e a corrupção, onde os políticos são sempre apontados como os grandes vilões, são questões já incorporadas ao cotidiano nacional.

Não é à toa que, especialmente nos momentos mais arbitrários da vida política do País, notadamente no Estado Novo e no período da Ditadura militar pós-64, as músicas populares foram objeto de censura rigorosa pelos mandatários da época. Assim, dentro desse enfoque é que estamos publicando neste número do DF-LETRAS mais um artigo do nosso colaborador **Renato Vivacqua** destacando a simbiose existente entre a música popular brasileira e a política nacional, mostrando a crônica carnavalesca como principal instrumento de crítica, sempre bem-humorada, contra o que se convencionou chamar genericamente de "**os políticos**".



Renato Rainha

PL

Difusão da cultura é prioridade

Numa cidade em que muitas vezes a cultura local é relegada ao segundo plano, é com muita satisfação que vejo a volta do Jornal DF LETRAS. Com essa iniciativa, a Câmara Legislativa coloca ao alcance de todos valiosíssimas

informações culturais, importantes não só para o Distrito Federal, como para todo o Brasil. Esse suplemento de cultura é também um oportunidade ímpar para que pessoas ligadas à arte brasiliense possam expor de uma maneira

direta suas opiniões, através de artigos, pesquisas ensaios, reportagens, etc... sobre os mais diversos assuntos ligados à vida cultural.

Nós Deputados Distritais temos o dever, ou até mesmo mais do

que isso, a obrigação, de apoiarmos e incentivarmos o incremento de iniciativas como o DF LETRAS. Através da informação e da difusão da cultura poderemos levar nosso país a um patamar mais digno.

MPB no compasso da política

□ Renato Vivacqua

A MPB sempre esteve atenta aos fatos e vultos de nossa política, seja através de músicas ufanistas, com louvaminhas às supostas virtudes dos protagonistas, num sabujismo irritante, seja através de críticas bem-humoradas. No carnaval de 1919, o maestro Costa Junior já dava sua ferroadada, obtendo grande sucesso com "No bico da chaleira", que vivava os seguidores de Piniheiro Machado. Estes viviam queimando os dedos na chaleira de chimarrão, ao disputarem o privilégio de servir o senador gaúcho:

"Iaiá me deixa subir nesta ladeira/ Eu sou do bloco que pega na chaleira."

O tema retorna em 1946, com enorme repercussão na marcha "Cordão dos puxa-sacos", mostrando

que os reverentes continuavam atuantes:

"Lá vem o cordão dos puxa-sacos/ Dando viva aos seus maiores/ Quem está na frente é passado pra trás/ E o cordão dos puxa-sacos/ Cada vez aumenta mais. Vossa excelência, Vossa Eminência/ Quanta reverência nos cordões eleitorais/ ..."

O Marechal Hermes, cujo apelido era Dudu e tinha fama de pé-frio, foi um prato cheio para lambadas sonoras. Em 1911, J. Bulhões não o poupou na polca "Oh Filomena":

"Ó Filomena/ Se eu fosse como tu/ Tirava a urucubaca/ Da Careca do Dudu."

Rui Barbosa foi derrotado em 1919 por Epitácio Pessoa. O notável sambista Sinhô, sabe-se lá por que, no ano seguinte resolveu acicatar o já desalentado Rui, em "Fala meu louro":

"A Bahia não dá mais

coco/ Pra botar na tapioca/ Pra fazer o bom mingau/ Pra embrulhar o carioca/.

Artur Bernardes, candidato vitorioso à sucessão de Epitácio, era chamado de Rolinha e Seu Mé. Freire Júnior e Careca desancaram-no na marcha "Ai Seu Mé":

"Ai Seu Mé, Ai Seu Mé/ Lá no Palácio das Águias/ Não hás de pôr o pé."

O Palácio das Águias era o Catete. Bernardes pôs o pé lá e mandou trancafiar os autores. Em 1926 elegeu-se Washington Luiz. Sá Pereira deu sua puxadinha no carnaval de 1927 com

"Paulista de Macaé", trazendo de volta a pisada no palácio:

"Paulista de Macaé/ O homem de fato é/ E no palácio das Águias/ Com o povo ele pôs os pés".

Sem dúvida alguma o político mais bajulado foi Getúlio Vargas.

Em 31, Lamartine Babo cantava loas à chegada de Getúlio em "O Barbado foi-se", alusão à queda de Washington Luiz:

"De sul a norte/ Todos viram a intrepidez/ De um Brasil heróico e forte/ A raiar num dia três.../ Doutor Barbado/ Foi-se embora/ Deu o fora/ Não volta mais."

No mesmo ano Freire Júnior, agora mais precavido, surge com "Seu Getúlio Vem":

"Oh seu Getúlio vem/ Oh seu Getúlio vem/ Lá no Catete só ele nos convém".

Lamartine parece ter se arvorado realmente em porta-voz musical de Getúlio. Ainda em 1931 compôs "G-E-GÊ".

"G-E-GÊ — gê-gê/ T-U-tu-tu/ L-i-Li, o/ Ge-tú-lio".

Em 46, Aaulfo Alves, que com Getúlio no poder fizera vários sambas ufanistas, logo que este caiu, virou casaca e lançou "Isto é o que nós queremos". Contestando o período ditatorial:

"Nós queremos nossa li-



Apoio às manifestações populares

O Turismo é uma das principais atividades econômicas da sociedade moderna, principalmente quando baseado nas manifestações populares passadas de geração a geração. O apoio e o incentivo a estas manifestações populares é uma de nossas principais bandeiras de luta.

Não apenas por ter as minhas origens em Planaltina entendo que aquela histórica Cidade deva ser o principal celeiro turístico do Distrito Federal. Ali sem nenhum demérito às demais regiões, o povo tem história e traz no sangue o espírito das festas populares, como a Folia do Divino, a Folia de Reis, manifestações de

outras religiões evangélicas, a cultura mística do Vale do Amanhecer e concorrida encenação da Via Sacra ao Vivo por ocasião da Semana Santa, presenciada anualmente por mais de 200.000 (duzentos mil) pessoas.

Neste propósito, já apresentei proposições à Câmara Legislativa

reivindicando providências ao Poder Executivo para criação do Pólo Turístico de Planaltina e a construção da Casa da Cultura daquela Cidade, bem como estou desenvolvendo estudos sobre a potencialidade turística da Região para embasar os novos trabalhos.



Daniel Marques

PP

berdade/ Liberdade de pensar e falar/ Nós queremos escolas para nossos filhos/ E mais casas pro povo morar”.

Quase cinquenta anos depois o quadro é o mesmo. Lamentável, mas sigamos adiante. Dutra sucedeu Getúlio e na pasmação de seu governo nem músicas contra ou a favor. Em 50 retorna Getúlio. Alberto Ribeiro e José Maria de Abreu criam a marcha “João Paulino” (nome de um boneco também conhecido como João Teimoso”, que por mais que se tente derrubá-lo mantém-se de pé).

“Gorduchinho, pequeno, quase calvo/ Desta vez eu acertei no alvo/ João Paulino que balança mas não cai/ Eu sou pobre, pobre, pobre/ E ele é meu pai.”

Jorge Goulart tonitruava, no mesmo ano, a marchinha de João de Barros e José Maria de Abreu, “Ai Gegê”.

“Ai Gegê. Ai Gegê./ Ai Gegê./ Que saudade que nós temos de você...”

O carnaval de 1951 foi só louvação. De Roberto Roberti e Arlindo Marques Jr., “O Pequenininho é o maior.”

“O pequenininho é o maior/ Vai, vai ser melhor/ O pequenininho é e sempre foi o maior.”

Em 1954 os mesmos au-



“Gegê, Gegê/ Tá todo mundo/ Esperando por você.”

E continua a puxação. “O Baixinho voltou”, de Oliveira:

“Segure iaiá na mão de ioiô/ Vamos pular e cantar/ Porque o Baixinho voltou.”

O maior sucesso porém foi “Retrato do Velho” de Haroldo Lobo e Marino

Pinto, gravado por Francisco Alves:

“Bota o retrato do velho outra vez/ Bota no mesmo lugar/ O sorriso do velho/ Faz a gente trabalhar.”

Depois do suicídio, silêncio até 1956 quando foi tema do samba-enredo da Mangueira. Em 1955 entra Juscelino em cena. Juca Chaves o chama “Presidente Bossa-Nova”:

“Bossa-nova mesmo é ser Presidente/ Desta terra

descoberta por Cabral/ Pra tanto basta ser, tão simplesmente/ simpático, risosinho, original.”

Miguel Gustavo se queixava:

“Dá um jeito nele Nonô/ Meu dinheiro não tem valor/ Meu cruzeiro vale nada/ Já não dá nem pra cocada.”

A música é de 59 mas podia viajar no tempo a aterrissar hoje. A ânsia de agradar leva a capachadas insólitas. Vejam como Ruy Almeida elogia Ademar de Barros:

“Mantimentos, minha gente/ Hospitais e condução/ Ademar tirou patente/ Salve, salve o GOSTO-SÃO.”

Um samba-enredo de Jorginho de Bonsucesso em 1982 chamou o Presidente Figueiredo de “Rei da Democracia” (Cruzes!)

“Do gari ao engenheiro/ Todos têm seus ideais/ Figueiredo/ Apóia todas as classes sociais/ Figueiredo, rei da democracia.”

Beduíno e Roberto Amaral badalaram a utópica Paulipetro:

“Bota a sonda no buraco/ Que o petróleo vai jorrar/ Nossa terra tem tudo/ Seu Maluf vai provar.”

Brizola e Jango entraram na marchinha-legal de Luiz de França:

“É lei. É lei. Diz o candango/ Mais uma vez queremos Jango./ Não adianta

tores voltaram a lisonjear:

“O Brasil tem muito doutor/ Muito funcionário, muita professora/ Se eu fosse o Getúlio mandava/ Metade dessa gente pra lavoura.”

Claribalte Passos e Antonio Valentim também vergaram a espinha:

Pólo Fonográfico no DF



Miquéias Paz

PC do B

Entre os nove projetos propostos à Câmara pelo deputado Miquéias Paz nessas três primeiras quinzenas de legislatura, encontra-se o do Pólo Fonográfico do DF.

A idéia do Pólo parte de uma constatação: o Distrito Federal, rico em música, tem exportado artistas que, se permanecem por aqui, não encontram condições adequadas à carreira. Nota-se que, chegado ao estágio do disco, o cantor, compositor ou

instrumentista cala-se ou muda-se para São Paulo. Mesmo para distribuir o produto de sua arte localmente, o músico sem acesso à grande mídia encontrará dificuldades. O Pólo pretende mudar esse quadro. Percebe-se que, acima dos provincianismos ou contra eles, existe interesse do público pelo que se faz no DF. Constata-se ainda que Brasília conta com estúdios tecnicamente atualizados,

onde se gravam algumas das fitas destinadas a transformar-se em discos.

Orquestrando condições pré-existentes, o Pólo deve providenciar recursos jurídicos e, mais tarde, físicos para que os sons da cidade possam bailar, como devem, nas ondas de rádio locais. E para que possam exportar-se — sem que a migração signifique perda para o DF. Os instrumentos de que se pode servir são, por exemplo,

linhas de crédito bancário a juros mais baixos que o de mercado para as produções musicais; estímulos fiscais aos que atuam na área; financiamento parcial de trabalhos pela Secretaria de Cultura. Caberá pensar, depois, em sede física onde se reúnam diversos estúdios, ligados a outras áreas da produção artística, como o teatro e o cinema. As reuniões sobre o Pólo, convocadas por Miquéias Paz, têm sido públicas e abertas.

fazer marola/ Esta é a vez da mocidade/ Estamos com Brizola/ A Bandeira da Legalidade."

Jânio Quadros, antes das "forças ocultas" foi prestigiado, como na "Marcha da Vassoura" de Haroldo Lobo e Carlos Marques:

"Saindo JK/ Entrando JQ/ Pessoal/ A vassoura vai comer."

Ciro de Souza e Pereira Matos também abordaram o símbolo, que infelizmente varreu o Brasil para baixo do tapete.

"Varre, varre, vassourinha/ Deixa minha casa bem limpinha/ Tá faltando um quadro/ No palacete do Catete."

Em certos momentos o eleitor já desencantado com a política e a situação social, se vingava, protestando nas urnas através de candidatos bizarros. Recentemente assim o fez com as muriçocas de Vila Velha, no Espírito Santo, e o macaco Tião no Rio. Nossos criativos compositores estavam atentos. Juruna é outro exemplo. Walter Levita canta:

"Juruna falou/ Vai ser pra valer/ Índio não quer mais apito/ Índio agora quer poder."

No interior de Pernambuco o bode Cheiroso eleger-se vereador e Elias Soares e M. Fernandes não escondem o espanto:

"Olhe como é que pode/ Me diga seu doutô/ Um diabo dum bode/ Sê vereadô/ Foi na eleição de Jaboatão/ Que o bode Cheiroso/ Na hora da apuração/ Teve a maiô votação."

Repercussão mesmo teve o rinoceronte Cacareco. Uma turma de jornalistas depois de umas e muitas no Hotel Jaraguá, em São Paulo, saiu de madrugada

pichando os muros com propaganda do bicho. Não deu outra, obteve 120 mil votos e roubou nove cadeiras a Ademar na Câmara de Vereadores. Isso foi em 1969. Serviu de bandeja aos poetas populares:

"Está faltando carne/ Está faltando pão/ Criança

sem escola/ É triste a situação/ A queixa deste povo não encontra eco/ E foi eleito o Cacareco", de Roggieri e Ivando Luiz. "Não há leite, não há carne, não há pão/ Minha gente não faça confusão:/ Troque a vassoura por pandeiro e reco-reco/ E vá votar no Cacareco.", de Saulo Gomes.

"Tô, tô ficando ca-ca-

re-ca/ Só de pensar nesse treco/ Como que o povo elegeu/ O rinoceronte Cacareco", de Mesina.

A mosca azul da política volta e meia pica alguém do meio artístico musical. Em passado recente temos os exemplos de Moacir Franco, Agnaldo Timóteo e Gilberto Gil, que estranhamente emudeceram na nova atividade. Não conseguiram dançar conforme a música, faltou ginga. Mas e o inverso? Os vãos dos políticos pela MPB? Cito alguns exemplos: Carlos Lacerda tentou. Com Caymmi e Jorge Amado compôs um samba que começava assim: "Aqui os teus passos pela estrada/ O teu corpo nos meus braços/ Nossos passos pela estrada/ Nossos beijos pela noite... "Janio Quadros com Rossini Pinto foi autor de "Convite ao Amor" que chegou a ser gravada:

"Veja, veja querida/ Quanta estrela fulgurando no céu/ E conta cada qual a estrela bela/ De um amor como o meu."

A MPB agradece a retirada deles de suas hostes. Esperamos que os políticos-artistas desafinem apenas na tribuna e os artistas-políticos metam a vida no saco e permaneçam apenas vendo a banda passar.

Renato Vivacqua é historiador da MPB



Estímulo à Cultura

A democrartização da cultura, apesar de ser uma bandeira da coletividade e uma unanimidade entre os poderes constituídos, nunca conseguiu ultrapassar as barreiras da retórica. Ora pela esterilidade dos debates propostos, ora pela incapacidade de o Estado e a comunidade a estabelecerem como prioridade. Hoje, entretanto, com o relançamento do

DF-Letras, mais um passo é dado no sentido de fazer prática tudo aquilo que permanece confinado no discurso.

A decisão de se levar o suplemento cultural da Câmara Legislativa à rede pública de ensino é um desses raros momentos que merecem registro.

Principalmente pelo fato de representar uma ação que

une uma Casa pública, o Poder Legislativo, e a comunidade cultural. Por si só um espaço precioso de manifestação, o **DF-Letras** reveste-se, agora, do papel de disseminador e formador cultural.

Em meio aos titubeios naturais das diretrizes de educação e cultura, o suplemento assume uma posição de vanguarda e supre uma lacuna sempre criticada

pelos educadores. Além de se constituir em um espaço às artes, a publicação tem, agora, por opção, a responsabilidade de estimular a prática cultural junto aos jovens. Uma atitude que leva o pensamento de uma elite cultural a quem, nesse momento, está desbravando o mundo dos valores e do conhecimento.



Benício Tavares
PP